

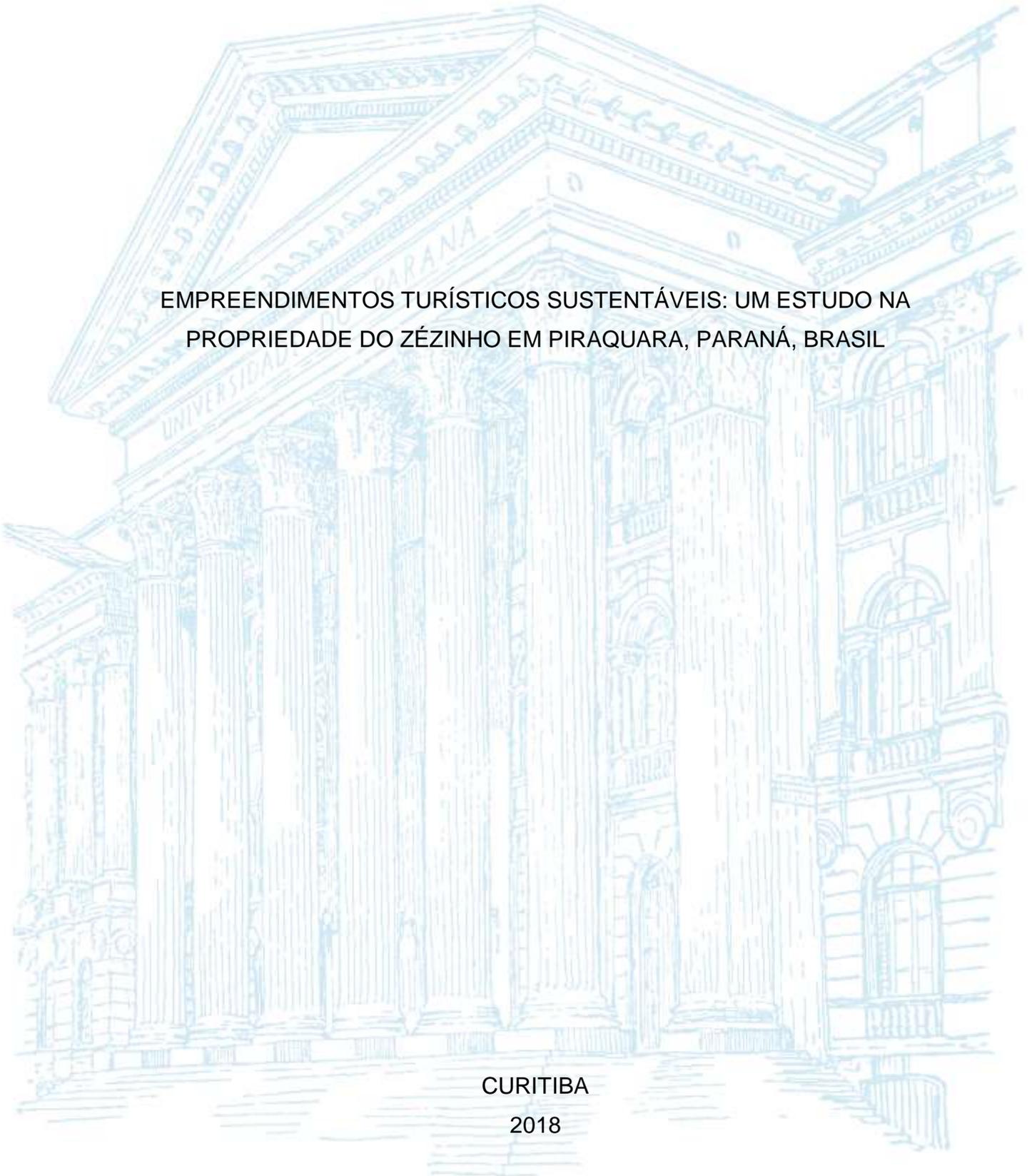
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA STRATMANN MOREIRA

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA
PROPRIEDADE DO ZÉZINHO EM PIRAQUARA, PARANÁ, BRASIL

CURITIBA

2018



FERNANDA STRATMANN MOREIRA

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA
PROPRIEDADE DO ZÉZINHO EM PIRAQUARA, PARANÁ, BRASIL

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo
apresentado à disciplina de Projeto de
Planejamento e Gestão em Turismo I, Curso de
Turismo, Departamento de Turismo, Setor de
Ciências Humanas, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Bartoszeck
Nitsche.

CURITIBA

2018

(ficha catalográfica)

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA STRATMANN MOREIRA

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PROPRIEDADE DO ZÉZINHO EM PIRAQUARA, PARANÁ, BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Profa. Dra. Leticia Nitsche

Orientadora – Departamento de Turismo, UFPR

Msc. Larissa Dias Marques

Bel. em Turismo, Mestre em Turismo UFPR

Esp. Aline Martinhago

Bel. em Turismo, Bel. em Geografia, Mestranda em Geografia UFPR

Cidade, 19 de novembro de 2018.

Dedico este trabalho a todos os indivíduos que acreditam que é possível transformar o mundo em um espaço de convívio harmonioso, através do auxílio e respeito mútuo entre os seres. Enquanto houver vontade, há esperança!

RESUMO

O turismo influencia de diversas maneiras a localidade a qual está inserido, podendo apresentar-se como vetor de desenvolvimento positivo ou negativo, de cuja qualidade final depende dos caminhos percorridos e estratégias adotadas para alcançar determinado resultado. Desta maneira, serão apresentadas neste trabalho, alternativas e justificativas para a aplicação de estratégias menos nocivas ao espaço ao qual a atividade turística se desenvolve, visando o desenvolvimento amplo e integrado entre as vertentes sociais, econômicas, ambientais e políticas, que abrangem o conceito de sustentabilidade. Para tanto foram utilizados métodos mistos na coleta de informação em campo que consistiram em entrevista semiestruturada e observação. A análise qualitativa foi realizada através de pareamento com o levantamento teórico e coleta de dados. Como resultado, treze estratégias foram propostas para o alinhamento da propriedade turística analisada com o turismo sustentável.

Palavras-chave: Turismo Sustentável. Desenvolvimento Sustentável. Turismo Rural. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The tourist activity influences in many ways the place where it is inserted. It is also capable of presenting itself as a vector of positive or negative development which final quality depends on the paths covered and strategies adopted to reach a certain result. As a result of that, it will be shown alternatives and justificatives for the application of strategies less harmful to the space where the tourism activity is developed. This project will propose the broad and integrated development of social, economic, environmental and political aspects among the concept of sustainability. Specific methods were used during the information collection in the field and it consisted of semi-structured interviews and simple observation. The qualitative analysis were performed through pairing with the theoretical survey and data collection. As a result, thirteen strategies were proposed for the alignment of tourism property analyzed with sustainable tourism.

Keywords: Sustainable Tourism. Sustainable Development. Rural Tourism. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – BANGALÔS DA POUSADA.....	36
FIGURA 2 - MORADOR LOCAL E GUIA.....	41
FIGURA 3 - MUTIRÃO DE BIOCONSTRUÇÃO.....	42
FIGURA 4 - MONTAGEM DE FOTOS DO QUARTO.....	42
FIGURA 5 - APROVEITAMENTO DA LUZ NATURAL.....	43
FIGURA 6 - APROVEITAMENTO DA LUZ NATURAL.....	43
FIGURA 7 - APROVEITAMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE ÁREAS COMUNS.....	44
FIGURA 8 - QUARTOS DA POUSADA.....	51
FIGURA 9 - QUARTOS DA POUSADA.....	51
FIGURA 10 - LANCHONETE E PARTE DO ESTACIONAMENTO.....	52
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	59
FIGURA 12 - HORTA DA PROPRIEDADE.....	65
FIGURA 13 - UTILIZAÇÃO DA ÁGUA.....	73
FIGURA 14 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANTIO.....	73
FIGURA 15 - PASSO A PASSO PARA FORMATAÇÃO DE HORTA MANDALA.....	74
FIGURA 16 - EXEMPLOS DE PLANTAÇÕES NO FORMATO MANDALA.....	74
FIGURA 17 - EXEMPLOS DE PLANTAÇÕES NO FORMATO MANDALA.....	75
FIGURA 18 - EXEMPLO DE FUNCIONAMENTO DA COMPOSTEIRA.....	78
FIGURA 19 - ORÇAMENTO DA COMPOSTEIRA.....	79
FIGURA 20 - ORÇAMENTO MCE.....	80
FIGURA 21 - SIMULADOR DE VALORES PARA IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR.....	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – BENEFÍCIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL SEGUNDO ENCONTRO DE PESQUISADORES EM TURISMO, VANCOUVER, 1990.....	29
QUADRO 2 – QUADRO RESUMO DA COLETA DE DADOS.....	55
QUADRO 3 – QUADRO EXPLICATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE.....	58
QUADRO 4 – DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E PRAZOS.....	62
QUADRO 5 – CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS.....	85
QUADRO 6 – QUADRO DE VALORES.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MARCO TEÓRICO	13
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	13
2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL	19
2.3 TURISMO RURAL.....	30
2.4 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS.....	34
2.5 ÁREA DE ESTUDO: PROPRIEDADE DO ZÉZINHO.....	45
3 METODOLOGIA	41
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	41
3.2 INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS	42
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	44
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
4.1 TABULAÇÃO DOS DADOS – PESQUISA DE CAMPO	46
4.1 DISCUSSÃO DOS DADOS.....	53
5 PROJETO DE TURISMO.....	57
5.1 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO.....	58
5.2 CRONOGRAMA, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO	68
5.3 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO.....	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	96
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA DE CAMPO	97

1 INTRODUÇÃO

No século XXI, uma das principais questões para a humanidade diz respeito ao alcance do equilíbrio entre o desenvolvimento da sociedade atual, que gera uma série de impactos negativos e resíduos, e a preocupação com a sustentabilidade ambiental. O atual estilo de desenvolvimento põe em risco a qualidade de vida da população, e compromete a das próximas gerações.

O modelo de crescimento econômico em voga gerou e gera enormes desequilíbrios, apresentando a dualidade entre extrema riqueza, fartura e desenvolvimento tecnológico de um lado, e degradação ambiental e aumento da poluição e miséria de outro. A sociedade contemporânea, cada vez mais globalizada, tem seu estilo de vida pautado na cultura do consumo e no crescimento exponencial do uso dos recursos naturais, visando suprir a alta demanda de consumo.

O turismo massificado, caracterizado pela alta concentração de pessoas em um período sazonal, como épocas de férias ou datas comemorativas, tornou-se mais convencional, tendo a passividade - que deve ser entendida como o distanciamento e falta de contato entre o local e o visitante – como motor para uma experiência com baixa responsabilidade e consciência sobre os fatores que os cercam (SOUZA, 2012).

A atividade turística abrange diversos segmentos e setores, desde o meio de transporte utilizado - tanto para chegar quanto para se locomover dentro do destino - passando pela forma de acomodação escolhida e envolvendo também as atividades desenvolvidas no destino turístico (SWARBROOKE, 2000a). Se mal planejada, a atividade causa diversos impactos negativos nos locais receptores, como o desemprego, a especulação imobiliária, sazonalidade, problemas ambientais e de infraestrutura como no transporte e na gestão de resíduos (NUNES, 2007; SOUZA, 2012).

Nesta linha, o objetivo geral deste trabalho é apresentar alternativas viáveis e práticas para a implementação do turismo de ações sustentáveis em propriedades, a fim de incentivar o desenvolvimento integrado do setor e atores envolvidos.

Dentre os objetivos específicos almejados com a realização deste trabalho, listam-se:

- 1) Levantamento conceitual acerca do desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e turismo rural;
- 2) Identificar empreendimentos turísticos e práticas sustentáveis que possam servir como exemplo de práticas sustentáveis;
- 3) Elaborar um projeto de desenvolvimento turístico sustentável em propriedade rural na Região Metropolitana de Curitiba;

A metodologia de pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória. Foi realizado levantamento de dados bibliográficos que serão expostos de acordo com a subdivisão dos temas pesquisados apresentados no sumário. Sendo assim, cada subcapítulo abordará determinado tema de pesquisa visando apresentação ao leitor para aproximação com a temática. A coleta de dados em campo foi realizada por meio de entrevista e observação, e os resultados levantados foram analisados conforme emparelhamento do levantamento teórico e de campo. O maior detalhamento referente a metodologia de pesquisa deste trabalho pode ser encontrada no capítulo 3.

Tendo a sustentabilidade como pilar, o presente trabalho aborda a importância de uma política estratégica de desenvolvimento que abranja os aspectos econômico, social e ambiental de forma contínua, pois conforme Swarbrooke (2000c), se bem dirigido, qualquer tipo de turismo pode ser altamente sustentável, cuja qualidade depende da continuidade da atividade humana.

O trabalho se estrutura nas seguintes partes: após a introdução, o referencial teórico aborda os temas de Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável e Turismo Rural, além disso, apresenta exemplos de empreendimentos turísticos sustentáveis nacionais e um breve resumo sobre a propriedade estudada. No capítulo 3 são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, e na sequência, o capítulo 4 aborda a tabulação e análise dos dados coletados em campo. O item capítulo 5, por sua vez, aborda diretamente o projeto de turismo, com as estratégias propostas, o cronograma para realizações e os recursos humanos e financeiros necessários para implementação do projeto. Por fim, as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

2 MARCO TEÓRICO

Delimita-se neste projeto de pesquisa o estudo e apresentação de três conceitos básicos: o Turismo Sustentável, por entende-lo como alternativa para o desenvolvimento e manutenção da atividade, o Desenvolvimento Sustentável, visto que o Turismo Sustentável se estrutura e está contido neste conceito, e o Turismo Rural, em decorrência da propriedade escolhida para aplicação deste Projeto de Pesquisa estar localizada em meio rural, se fazendo fundamental a introdução desta temática.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O atual estilo de vida da sociedade está baseado no alto consumo, na concentração da renda e no aproveitamento dos recursos naturais desconsiderando sua capacidade de produção e regeneração. Essa conveniência, para alguns, justifica-se pela acumulação de riqueza em poucas mãos, fazendo com que a população menos favorecida economicamente continue na miséria, sem acesso à alimentos, moradia, saúde e educação. As grandes metrópoles, apresentam cada vez maiores índices de poluição, tornando o ar praticamente irrespirável, convivendo com a insegurança causada pelas instabilidades sociais, e a deterioração e falta de acesso aos serviços públicos (SAMPAIO, 2005).

A temática sobre Desenvolvimento Sustentável, se comparada com outros conceitos, é relativamente nova, sendo discutida há menos de 50 anos. Segundo Beni (2003), as discussões sobre o tema iniciam-se a partir da segunda metade do século XX, com a Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, onde foram feitas análises globais sobre os impactos humanos no meio ambiente. A partir de então, diversos encontros foram realizados entre países e organizações com o objetivo amplo de reexaminar a questão ambiental, inter-relacionando-a com a questão do desenvolvimento e propondo programas e estratégias de ação responsáveis.

Em 1987 surgiu o Relatório Brundtland, ampliando o conhecimento e intensificando a expressão "desenvolvimento sustentável", objetivando despertar a conscientização pública e evidenciar a necessidade de um melhor gerenciamento do consumo para assegurar a existência do planeta Terra (BENI, 2003). O relatório define desenvolvimento sustentável pela primeira vez como:

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (CMMAD, 1991, p. 46).

Segundo Veiga (2008), existem três maneiras de entender o desenvolvimento. Para uns, e de forma mais convencional, o desenvolvimento é associado diretamente com a economia, tendo a expansão como sinônimo. Para estes, a industrialização é o pilar do crescimento, visto que se faz necessário o consumo constante e a aquisição de bens para um país ‘se desenvolver’. Esta linha se baseia no indicador do Produto Interno Bruto *per capita* (PIB) como se apenas este índice sinalizasse o desenvolvimento de uma nação. Mas, desenvolvimento baseado apenas em crescimento econômico desconsidera outros aspectos vitais, como humano e sociais (VEIGA, 2008).

Um segundo caminho entende o desenvolvimento como uma crença ou manipulação ideológica. Tendo o economista italiano Giovanni Arrighi, como seus principais teóricos, esta vertente critica a existência do desenvolvimento com a análise trimodal, subdividindo os países em: desenvolvidos, semi-periferia (chamados ‘emergentes’) e periferia (os mais pobres). A questão central para Arrighi (2002 *apud* Veiga 2008) é entender se é possível e como se desenrolam os deslocamentos entre as três modalidades.

Um outro caminho envolve a preocupação com o desenvolvimento voltado para a liberdade, visando combater as privações, destruições e opressões existentes nas relações do mundo atual apontadas pelos críticos do modelo de desenvolvimento convencional (DALLA ZEN, 2010). Para estes, o terceiro caminho representa o embate à acomodação de acreditar em um sistema predatório e que não se sustenta; e apesar de ser um caminho tortuoso e pouco adotado, revela-se a única saída para a manutenção da vida (BARROS, 2008b).

Muito mais complexo é o desafio enfrentado por pensadores menos conformistas, que consiste em recusar as duas saídas mais triviais e tentar explicar que o desenvolvimento nada tem de utópico e nem pode ser subjugado como crescimento econômico. Esse “caminho do meio”, conforme Veiga (2008) é mais

desafiador e difícil de ser trilhado em decorrência das amarradas que o sistema econômico impõe.

Morin (1998), é um dos teóricos defensores de visões mais abrangentes para analisar as complexas relações humanas, tirando o foco do pensamento simplificador e fragmentado que marca a educação clássica. Uma das bases que sustentam essa visão é o princípio da complexidade, que investe na razão ampla e diversidade de ideias, favorecendo a comunicação e o diálogo entre os saberes; proporcionando integração e complementação entre os conteúdos. Tal princípio promove a síntese em lugar da análise e a competição dá lugar à cooperação. O conceito apresentado por Morin (1998) relaciona-se com o Desenvolvimento Sustentável, pois prevê a conservação em lugar da expansão desenfreada e o indeterminado em lugar do determinado e do causal.

Segundo Sachs (2008) o Desenvolvimento Sustentável deve ser socialmente incluyente, e responsável ambiental e economicamente para ser mantido ao longo do tempo, promovendo o uso pelas gerações atuais sem comprometimento do uso futuro. Para ele, é fundamental “enfrentar as abismais desigualdades sociais entre e dentro de nações, e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias”. (SACHS, 2008, p.32)

O autor (SACHS, 2000) aponta seis eixos fundamentais para que haja um desenvolvimento equilibrado, sendo eles:

I. Sustentabilidade Social: processo civilizatório sustentado pelo ser, visando a distribuição igualitária dos direitos da sociedade, tendo como objetivo o encurtamento das distâncias entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.

II. Sustentabilidade Econômica: prevê melhor gestão e aplicação dos recursos - públicos e privados - reduzindo os custos sociais e ambientais; apresenta-se como contraponto à lógica economicista.

III. Sustentabilidade Ecológica: garante a utilização dos recursos naturais conforme a capacidade de produção do Planeta, através da redução da poluição e consumo, investimento em pesquisas de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.

IV. Sustentabilidade Espacial: está voltada ao equilíbrio das relações urbano-rurais, com enfoque na expressiva concentração populacional nas áreas urbanas e processos de colonização descontrolados. Prevê a industrialização

centralizada, e a promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento; com isso, estimula a criação de empregos rurais não-agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

V. Sustentabilidade Cultural: prevê o intermédio entre os preceitos tradicionais e os modelos de modernização, respeitando a continuidade das tradições culturais e a pluralidade das soluções particulares.

VI. Sustentabilidade Política: relaciona-se com a diversidade dos interesses e prevê a negociação entre os sistemas envolvidos, com foque desde o âmbito local ao global.

Esses seis eixos são sintetizados pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas em quatro dimensões: econômica, social, ecológica e institucional. A Comissão apresentou 17 objetivos globais, apresentados no apêndice 1, que devem ser implementados até 2030 para proporcionar o desenvolvimento sustentável. Segundo o IBGE (2017), os mais de 63 indicadores apresentados em 2001 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável, são, em seu conjunto, uma das principais fontes de informações sistematizadas sobre as quatro dimensões supracitadas, com a possibilidade de analisar e inter-relacionar os temas com o intuito de desenvolvê-las (as dimensões) de forma integrada e contínua.

No eixo da economia são abordados os dados relacionados ao PIB, consumo de energia e participação de fontes renováveis na oferta de energia, enquanto o eixo da dimensão social avalia a satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Os indicadores também se relacionam a outros temas sociais como demografia, emprego, saúde, educação e violência. A dimensão ambiental aborda temas ligados à poluição do ar e da água, emissão de gases de efeito estufa, uso de agrotóxicos, desflorestamento, além de informações sobre saneamento básico, entre outros. Por fim, a dimensão institucional aborda temas como acordos multilaterais internacionais, legislação ambiental, gastos com pesquisa e desenvolvimento e patrimônio cultural (IBGE, 2017).

Com isso conseguimos entender a importância de levar em consideração as diferentes dimensões para formar uma visão abrangente e completa de todos os âmbitos envolvidos para promover o desenvolvimento equitativo.

Com as abordagens de Morin (1998) e Sachs (2000), complementadas pelos indicadores da Comissão do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, torna-se evidente a importância da utilização de mecanismos e metodologias que abracem diferentes sistemas, objetivando alcançar formas de aproximar, conectar e interligar os saberes entre si. Isto é, apenas quando entendemos que todos os sistemas estão interligados, é possível perceber a relevância de analisar e desenvolver ações transdisciplinares que visam o desenvolvimento sinérgico de todas as dimensões.

Para tanto, a autora Dalla Zen (2010) cita a importância de um processo de ressignificação do pensamento humano que seja capaz de alterar a percepção, os valores e as maneiras de pensar com relação aos seus semelhantes e à própria vida, ampliando assim as percepções de justiça e igualdade entre os povos. Ao abranger os contextos sociais, econômicos, ambientais, espaciais, políticos e culturais, propostos por Sachs (2000) a visão de desenvolvimento torna-se completa e equilibrada, visto que preza pela manutenção de todas as áreas de forma equitativa e sem prejuízo à nenhum setor.

Conforme aponta Sachs (2005) embora haja inúmeras discussões, encontros e estudos acerca da temática do desenvolvimento e seus impactos, bem como investimentos nas áreas sociais como educação, saúde e infraestrutura, a degradação ambiental continua ocorrendo em paralelo à manutenção da miséria para as camadas mais baixas da sociedade, sem efetivas ações práticas que visam implementar ações de mudança.

Para o autor, “a problemática do desenvolvimento passou de moda e o seu status acadêmico é cada vez mais marginal” (SACHS, 2005, p.10). Segundo ele as razões são múltiplas, que abrangendo desde o enfoque fixo e convencional no desenvolvimento como eixo exclusivamente econômico (isto aliado à política de industrialização e alto consumo de massa) até a aceitação de economia, por parte dos ecologistas ferrenhos, como o vilão da história; dificultando o intercâmbio e equilíbrio de ideias visando alcançar o efetivo desenvolvimento.

Em resumo, é consenso que a sociedade enfrenta atualmente um desafio, visto que o atual modelo de desenvolvimento é autodestrutivo e as variadas iniciativas de modificação deste quadro não têm obtido sucesso, muitas vezes por não passarem de iniciativas teóricas, sem efetiva implementação e mensuração. Desta forma, ações concretas visando alcançar a sustentabilidade são necessárias,

incluindo-se o desenvolvimento de ferramentas que estimulem o envolvimento da sociedade civil, avaliando as estratégias de desenvolvimento e monitorando seus avanços (VAN BELLEN, 2004).

Van Bellen (2004) aborda a economia como um subsistema humano integrado e pertencente ao sistema terrestre, entretanto, é perceptível a constante destruição do sistema de suporte, onde a humanidade opera como se este sistema (terrestre) fosse apenas uma parte da economia. Sob a ótica das ferramentas de avaliação, é primordial entender que o desenvolvimento sustentável implica diretamente em restrições ecológicas e estas, por sua vez, estão diretamente ligadas aos desafios socioeconômicos. A sustentabilidade exige que se passe da gestão dos recursos para a gestão da própria humanidade (VAN BELLEN, 2004).

Da mesma forma, Morin (2002) corrobora o pensamento de Van Bellen (2004), afirmando que:

No hay que subordinar más el desarrollo humano al desarrollo económico; debemos invertir esto y subordinar el desarrollo económico al desarrollo humano. Esse, me parece, es el papel ético fundamental. No debemos ser simples objetos en este Titanic sin piloto, sino que debemos cambiar y ser sujetos de la aventura humana. (MORIN, 2002, p. 14)

A autora Dalla Zen (2010) cita a importância de ressignificar os processos de produção bem como o entendimento desses processos, permeando, inclusive, os processos de ressignificação do conhecimento. Dessa forma, ultrapassando os limites da informação para a produção do conhecimento, permitindo ampla participação e alcance de todas as comunidades. Segundo a autora, “atribuir novo sentido ao conhecimento é também incentivar a expansão de formas de democracia participativa como alternativa de gestão pública para equacionar o problema da exclusão social” (DALLA ZEN, 2010, p. 61). Com isso, podem ser criadas novas perspectivas de vida pública ao destacar e incentivar os interesses de toda a população.

Ao ampliar a visão do outro como sendo uma extensão do próprio ser, podemos projetar novas formas de agir que sejam mais solidárias e inclusivas. Olhar o outro não se refere apenas a nós, seres humanos, inclui também todo o planeta (DALLA ZEN, 2010). Evidenciando que a construção de um processo de desenvolvimento depende de uma nova ética que envolva o tripé do Desenvolvimento Sustentável (eixos sociais, ambientais e econômicos), promovendo

reformas urgentes no estilo de vida e hábitos de consumo, transformando todas as pessoas em atores de uma nova ressignificação de futuro.

2.2 TURISMO SUSTENTÁVEL

Mota (2007) entende a atividade turística como um fenômeno socioeconômico que consiste no deslocamento de um ou mais indivíduos que, por fatores complexos que envolvem a motivação humana, saem do seu local de residência habitual para determinado destino por um período de tempo pré-determinado, gerando uma série de inter-relações de importância cultural, social, econômica e ecológica - entre os atores envolvidos e núcleos emissores e receptores.

Em decorrência desta atividade, diversas relações são desenvolvidas sendo imprescindível maximizar e distribuir os benefícios advindos das conexões geradas ao longo de uma viagem, como os lucros econômicos, e minimizar os impactos negativos causados, como a homogeneização de culturas, monopólio da atividade e poluição das áreas visitadas.

O conceito de turismo sustentável é englobado e parcialmente influenciado pelo conceito geral de desenvolvimento sustentável. Como consequência da crescente busca pela sustentabilidade em processos de desenvolvimento, o turismo sustentável ganhou foco nos últimos anos, estimulando conferências, discursos, livros acadêmicos e índices empresariais (SAMPAIO, HENRÍQUEZ E MANSUR, 2011). De acordo com Beni (2003), turismo sustentável e desenvolvimento sustentável são conceitos indissociáveis, visto que se apoiam nos mesmos pilares, os quais serão descritos no decorrer deste tópico.

De acordo com o Guia Turismo e Sustentabilidade, lançado em 2016 pelo Ministério do Turismo (MTur), tem suas bases estabelecidas sob os princípios do desenvolvimento sustentável cujo intuito é estimular os prestadores de serviço envolvidos com a cadeia do turismo a adotarem práticas sustentáveis através de iniciativas simples que ajudam a reduzir custos ou minimizar o impacto social e ambiental dos empreendimentos.

Para o MTur (2016) “Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a

diversidade biológica são mantidas para o futuro”. Dessa forma, deve ser visto sob a ótica da efetivação a longo prazo, envolvendo intervenção e planejamento do meio ambiente, das pessoas e dos sistemas econômicos (SWARBROOKE, 2000a).

Swarbrooke (2000a) acredita que o avanço desta vertente recebeu influências dos debates acerca dos potenciais impactos da exploração do turismo de massa, iniciados em 1960 e das iniciativas sobre a gestão dos turistas, que resultaram na maior aceitação sobre o conceito de turismo sustentável.

Inicialmente, a expressão começou a ser utilizada por estudantes e profissionais do turismo, ao analisarem o impacto negativo de suas atividades e considerar as implicações do Relatório Brundtland para minimizá-las. As expressões ‘turismo verde’ e ‘questões verdes’ eram mais utilizadas em decorrência do “aumento do interesse em questões ambientais no final dos anos 80 e o crescimento de ‘políticas verdes’ no Reino Unido, Alemanha e França” (SWARBROOKE, 2000c, p. 12), e, segundo o autor, incluíam a redução dos custos e a maximização dos benefícios ambientais da atividade.

A partir de 1990, a expressão “turismo sustentável” passou a ser utilizada com mais frequência, ampliando a abordagem a partir do reconhecimento da importância da comunidade local, das vivências desenvolvidas entre as partes, e do benefício econômico amplo e distributivo (SWARBROOKE, 2000c). Ou seja, a partir da década de 90, o enfoque da sustentabilidade ultrapassou as barreiras do eixo ambiental, e passou a abranger também os eixos culturais e sociais.

Segundo Beni (1999), o turismo é elemento vital em algumas comunidades, sendo reflexo dos desejos e aspirações sociais no sentido de interação entre espaços e culturas, contribuindo na coesão social do visitante e do visitado. Além disso, representa importante contribuição econômica nas áreas em que está inserido, e muitas vezes até mesmo nas regiões periféricas, evidenciando a fundamental relação entre o desenvolvimento econômico e social, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados.

Clarke (1997), aponta as diferentes posições sobre turismo sustentável, as quais serão apresentadas em ordem cronológica conforme abaixo:

- Opostos polares: o turismo de massa e o turismo sustentável como opostos, sendo necessária a extinção do turismo de massa para o desenvolvimento do turismo sustentável.

- Continuum: as formas de turismo não eram mais vistas como opostas, havendo um ponto de convergência entre os produtos turísticos sustentáveis ou de massa em algum ponto da escala.
- Movimento: perspectiva que previa tentar tornar o turismo de massa mais sustentável ao invés de tomá-lo como vilão.
- Convergência: reconhecimento da importância do turismo tanto o de larga como o de pequena escala, sendo que ambos devem almejar a sustentabilidade como um objetivo, e não como característica de algum tipo específico de turismo.

Nesta esfera, entramos no ponto principal deste projeto de pesquisa que visa fornecer bases para o desenvolvimento de atividades turísticas onde simples escolhas minimizam os impactos negativos e multiplicam os positivos, visando alcançar o ideal de que todos os tipos de turismo podem se tornar mais sustentáveis através de esforços contínuos e cotidianos. O MTur reforça esse posicionamento ao apresentar ações simples e de baixo custo no Guia Turismo e Sustentabilidade (2016), visando o alcance da sustentabilidade no setor.

De acordo com Lacerda, Silva e Cavalcante (2005), o turismo, apesar de ser um vetor de desenvolvimento, pode proporcionar influências negativas para a localidade onde está inserido, sendo importante traçar estratégias que minimizem ao máximo esses impactos através de medidas mitigadoras, tendo como fundamental o planejamento participativo e de longo prazo para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Para Swarbrooke (2000a), “o turismo e o meio ambiente estão intrinsicamente ligados e são interdependentes. Se o turismo continuar a crescer, teremos que encontrar formas de melhorar a relação entre os dois e torná-lo mais sustentável”. (SWARBROOKE, 2000a, p. 84). De acordo com Beni, Swarbrooke e Clarke, não devemos encarar o turismo como um vilão, pois a atividade traz diversos benefícios, e, havendo planejamento integrado e gestão contínua estes podem ser maximizados, bem como reduzir os impactos negativos.

Pimentel (2008) aponta que para que o turismo se desenvolva faz-se necessária a instalação de uma infraestrutura urbana mínima, pois muitas vezes a atividade constitui-se como o principal motor da urbanização dos lugares. A atividade também pode proporcionar a revitalização ou regeneração de áreas

urbanas, como antigas áreas portuárias ou centros históricos abandonados. Sendo assim, o turismo se torna um elemento importante na dinâmica de produção do espaço.

No que tange a expansão da atividade, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Banco Central, a receita advinda do turismo vem crescendo ano após ano. Em 2002 a receita cambial gerada pelo turismo foi de US\$ 2 bilhões; em 2003, US\$ 2,5 bilhões; em 2004, US\$ 3,2 bilhões, e o aumento foi gradativo continuamente ano após ano, sendo gerado em 2015 cerca de US\$ 5,8 bilhões e em 2016, pouco mais de US\$ 6 bilhões. Com o transporte não foi diferente, segundo Ministério do Turismo (2007), através dos dados coletados pela Infraero (órgão que regulamenta as estruturas aeroportuárias) e ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, a quantidade de desembarques de passageiros também tem crescimento contínuo. Em 2002 foram 4,6 milhões de desembarques; em 2003, 5,3 milhões; em 2004, 6,1 milhões; em 2017 este número superou os 10 milhões, representando o crescimento do setor de viagens, aqui representado pelos deslocamentos entre as áreas (MTur, 2017). Com relação aos empregos gerados pela atividade, de acordo com a OMT e os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), o mercado formal de trabalho nas Atividades Características do Turismo (ACTs), no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas em 2002, para 2,53 milhões de pessoas empregadas em 2011. (PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012).

Entretanto, o uso de mão de obra local, alternativa apresentada como um dos principais indicadores de turismo sustentável pode representar uma grande falácia se analisada superficialmente. Segundo Ramos (2005), a maioria da população empregada nos setores não apresenta condições de escolaridade e nem o hábito de realizar determinadas práticas de trabalho, apresentando dificuldades em aprendê-las e caracterizando-se como base da pirâmide operacional, ou seja, sem absorver os reais lucros advindos do setor do turismo e com baixo retorno econômico.

Dessa forma, entende-se como fundamental a necessidade do surgimento de alternativas horizontais afloradas através da base da pirâmide, e que representem as reais necessidades de um determinado grupo civil.

Em Paraty (RJ), mais especificamente na localidade da Praia do Sono, foi desenvolvida uma fossa séptica, capaz de gerir alternativamente os resíduos

produzidos pela comunidade. Resumidamente, segundo o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina - OTSS (2016), o tratamento funciona da seguinte forma: raízes plantadas em lugares estratégicos absorvem a água utilizada e suja, consumindo os resíduos e evaporando água. Inicialmente, a fossa representava apenas uma alternativa ecológica de saneamento para a comunidade, porém, o produto foi incrementado no roteiro turístico caiçara da região. Dessa forma, além de proporcionar benefícios ambientais e reconhecimento para a localidade ao qual foi implementada, a fossa se tornou oportunidade de renda para alguns moradores que aproveitam o turismo na região. A iniciativa já foi replicada em outros pontos da localidade e fora dela, evidenciando a multiplicação horizontal dessas formas de desenvolvimento.

O exemplo acima representa, em sua essência, a importância da transdisciplinaridade de conhecimentos, bem como a comunicação entre a universidade e a comunidade para a devolução e replicação dos conceitos aprendidos. Arquitetos e engenheiros ambientais desenvolveram uma alternativa de saneamento, na qual suas implicações foram expandidas para áreas jamais pensadas, como o turismo. Dessa mesma forma, o turismo, ao se desenvolver em determinada comunidade, é capaz de proporcionar impactos sociais positivos como a valorização e preservação de uma cultura, além de representar uma alternativa secundária de renda.

Para Ramos (2005), é fundamental que profissionais de turismo entendam que atuam em uma realidade complexa que demanda a capacidade de análise e compreensão holística, compreendendo que o desenvolvimento sustentável implica uma cadeia interdependente que envolve a ampliação da capacidade humana, o meio ambiente e a qualidade de vida.

Em 1990, um encontro de pesquisadores em Turismo realizado em Vancouver, no Canadá, trouxe algumas conclusões que apontam para a definição do que seria, segundo a OMT (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1993), o assim denominado turismo sustentável:

Antes de dar início a qualquer projeto turístico, devem ser efetuadas análises econômicas, sociais e ambientais, dando uma especial atenção aos diversos tipos de desenvolvimento do turismo às formas de vida e questões ambientais; as organizações, empresas, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos e outros que respeitem a cultura, o ambiente da área anfitriã, o modo de vida e o comportamento tradicional da

comunidade, os padrões de liderança e política; o turismo deve ser planejado e gerido de forma sustentável, tendo em conta a proteção e utilização econômica adequada ao ambiente natural e humano das áreas anfitriãs; durante toda as fases do desenvolvimento e operação do turismo deve ser preparado um programa de avaliação, supervisão e medição cuidadoso que possa permitir à população local tirar partido das oportunidades ou adaptar-se às alterações. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1993, p. 51)

Neste mesmo encontro foram reunidos em uma lista uma série de benefícios do turismo sustentável, dentre eles:

QUADRO 1 – BENEFÍCIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL SEGUNDO ENCONTRO DE PESQUISADORES EM TURISMO, VANCOUVER, 1990.

AMBIENTAL	SOCIAL	ECONÔMICO
Demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, ajudando na preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos, entre outros.	<p>Estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de infraestruturas básicas da comunidade;</p> <p>Incentiva a criação de áreas de recreação que serão utilizadas por visitantes e moradores locais;</p> <p>Estimula a preservação e promoção da cultura através de museus, sítios arqueológicos, entre outros.</p>	<p>Assegura livre distribuição justa de benefícios e custos;</p> <p>Proporciona entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;</p> <p>Gera empregos diretos e indiretos, diversificando a economia local, principalmente em áreas rurais tornando-se uma alternativa de renda.</p>

FONTE: Adaptado de SWARBROOKE, 2000a.

NOTA: Organizado pela Autora, 2018.

Beni (2003) corrobora neste sentido, considerando que o turismo sustentável envolve:

(...) a compreensão dos impactos turísticos, distribuição justa de custos e benefícios, geração de empregos locais diretos e indiretos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modais de transporte, encorajamento do uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural), subvenção para custos de conservação (BENI, 2003, p. 15).

Entretanto, apesar do crescente desenvolvimento de encontros seminários e propriedades que abrangem a sustentabilidade em todas as suas áreas (sociais, ambientais e econômicas), Ramos (2005) aponta que é perceptível que o conceito turismo sustentável, assim como o de desenvolvimento sustentável, ao ser aplicado na prática apresenta um afunilamento apenas para a preocupação com questões

ambientais e recursos naturais, como se os impactos causados pelo turismo não incidissem diretamente sobre a sociedade, causando modificações nos hábitos e na cultura.

Segundo Beni (1998), é importante destacar que o desenvolvimento do turismo sustentável não é objetivo que possa se atingir em curto prazo, porém consiste num processo importantíssimo de esforço a longo prazo para assegurar o ambiente e a qualidade de vida populacional. Para tanto, se faz extremamente relevante que o turista se conscientize sobre o destino escolhido e suas atividades no local, bem como os órgãos envolvidos na promoção do turismo - organizações públicas, privadas e o terceiro setor, sejam responsáveis pelo produto ou serviço oferecido.

Visto isso, é importante repensar atitudes que possam ser aplicadas cotidianamente, abrangendo desde a esfera do turista (moradores), até planejadores, que podem ser entendidos como os gestores públicos e seus planos diretores e os proprietários com seus planos de negócio.

Além disso, é fundamental repassar os conhecimentos adquiridos e reforçar a aplicação com caráter imediatista entre os colaboradores, empresários e turistas. De acordo com o MTur (2016) é possível aliar sustentabilidade à atividades cotidianas e “engajar-se ao tema com ações simples e de baixo custo” (MTUR, 2016, p. 6). Apenas quando a sociedade tiver mais conhecimento acerca do tema “turismo sustentável” é que poderão ser realizadas ações efetivamente práticas, multiplicando os benefícios ao meio ambiente, as comunidades locais e os destinos.

Para tanto, o órgão lançou em 2016 o Guia Turismo e Sustentabilidade que aborda a sustentabilidade relacionada aos quatro pilares apresentados pelo CMMAD: ambiental, sociocultural, econômico e político.

No aspecto ambiental, visando o controle dos impactos ambientais e a conservação das áreas naturais e sua biodiversidade, o referido guia (MTUR, 2016, p. 9-18) elenca as seguintes atividades:

Uso racional da água: entende-se que o uso consciente da água, além de uma questão econômica é uma questão de sobrevivência. O consumo precisa ser otimizado, visando a manutenção deste recurso natural único.

- Utilização de equipamentos que consomem água de forma eficiente;
- Regulagem de pressão e arejadores para o controle do fluxo de água em torneiras e chuveiros;

- Captação e aproveitamento da água da chuva para reuso da água, por exemplo na limpeza de áreas externas, banheiros, lavagem de roupas, entre outros, evitando a utilização desnecessária de água potável;
- Lavagem de roupas consciente, estipulando um número mínimo de peças e fazendo o reaproveitamento da água.

Eficiência energética: utilização de fontes alternativas de energia por causarem menos poluição que as formas convencionais (carvão, combustíveis fósseis, etc) e, muitas vezes proporcionarem autonomia do empreendimento em relação às grandes centrais distribuidoras de energia. Além de obter melhor desempenho, as medidas de conservação de energia proporcionam ganhos ambientais imediatos e trazem grande economia de custos.

- Energia fotovoltaica (solar): vantajosa nos países com alta incidência de luz solar, e que apesar do alto custo de instalação, o investimento é compensado em médio prazo;
- Eólica: além dos parques geradores de energia eólica no Brasil (sul, sudeste e nordeste), existem equipamentos aerogeradores de menor porte que podem ser instalados para atender à demanda total ou parcial de um empreendimento. Aeromotores e moinhos de vento podem ser utilizados para a extração de água de poços, tendo a quantidade de energia produzida diretamente relacionada à densidade do vento, da área de varrimento do rotor e da velocidade do vento.
- Aproveitamento da luz natural através de pontos de iluminação, proporcionados através de janelas ou telhados com vidros ou telhas transparentes, aproveitando a luz do sol no dia a dia.
 - Utilização de lâmpadas de LED que possuem maior durabilidade e menor consumo de energia
 - Atenção aos aparelhos ligados da tomada em modo de espera (stand by), segundo estudos do Instituto Akatu, representa até 15% dos gastos na conta;
 - Utilização de temporizadores e sensores de presença.

Gestão de resíduos sólidos: resíduos sólidos representam o que antigamente era denominado lixo, e que, embora não sirvam mais para sua finalidade inicial, podem virar insumos para outras atividades.

- Destinação correta dos resíduos através da separação de acordo com os materiais (papel, plástico, metal, vidro, orgânicos).
- Realizar o consumo consciente de alimentos evitando o desperdício. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, um terço dos alimentos produzidos no mundo é perdido ou desperdiçado. Alternativas que auxiliam na redução do desperdício são compras semanais, congelamento de alimentos que possuem menor durabilidade, e porcionamento eficiente (equacionar demanda e produção);
- Área para compostagem dos resíduos orgânicos;
- Aproveitamento de estruturas já existentes, e sem uso, através de uma reformulação outros usos.

A sustentabilidade sociocultural envolve o comprometimento do empreendedor ou gestor com a comunidade local, seus funcionários, clientes e fornecedores no esforço de incorporar os interesses de todos no planejamento e execução das atividades. O referido guia (MTUR, 2016, p. 18-22) elenca as seguintes atividades para o alcance da sustentabilidade sociocultural:

- Incentivo à cultura e economia local: “preza pela dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas, pela valorização das pessoas, do patrimônio cultural e histórico” (Mtur, 2016, p.19);
- Preservação dos costumes da região e resgate das tradições e manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato;
- Contratação de mão de obra e fornecedores locais, como colaboradores e artistas - a exemplo de músicos locais ou relacionados com a cultura para eventos. Utilização de fornecedores locais, tanto na parte de alimentos e bebidas como em objetos decorativos, móveis, artesanatos, entre outros;
- Incentivo a gastronomia local na elaboração dos cardápios;
- Interação entre o visitante e a cultura da região;
- Incentivo à carona solidária;

- Respeito à diversidade (de raça, de gênero, sexual): direito e dever constitucional;
- Promoção da acessibilidade visando garantir a igualdade de oportunidade, facilitando o acesso e a efetiva participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida - seja no âmbito dos visitantes quanto dos colaboradores, incentivando a solidariedade e o exercício da cidadania. Além de ser um direito previsto em lei, a acessibilidade atrai uma fatia expressiva de consumidores, aumentando a competitividade do empreendimento;
- Proteção à infância através do combate da exploração sexual e turismo sexual;

Referindo-se à sustentabilidade econômica, visa-se garantir um crescimento turístico eficiente, buscando a economia de recursos, desde que este esforço não implique em prejuízos à qualidade e segurança dos serviços oferecidos.

Garantia de um crescimento turístico eficiente é, segundo a OMT, a conciliação entre a geração de postos de trabalho com níveis de retorno econômicos satisfatórios e o controle sobre os custos e benefícios dos recursos, o que garante a continuidade do turismo para as gerações futuras.

- Conforme citado anteriormente, a contratação de produtos e serviços de mão de obra local;
- Implantação de sistemas de consumo eficiente de água e energia, que trarão benefícios econômicos para o empreendimento a curto e longo prazo;
- Promoção da acessibilidade, oportunizando consumo desses clientes em potencial, que representam quase 25% da população do país;
- Prática do consumo responsável que tem consequências econômicas diretas.

No âmbito da sustentabilidade político-institucional, envolve-se diretamente as relações e compromissos do governo e a sociedade civil.

Assegurar a solidez e continuidade dos projetos e parcerias desenvolvidos, visando alcançar as necessidades das comunidades através do diálogo e cooperação.

- Ampla comunicação entre Universidade e comunidade, objetivando a solução de problemas sociais e de desenvolvimento com maior efetividade a

aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos. Para tanto, o governo tem de garantir a educação eficiente e ampla à sociedade civil;

- Proteção ao meio ambiente e os recursos naturais, com perspectiva de crescimento econômico constante e saudável;
- Respeito aos direitos humanos;
- Proteção ao patrimônio artístico, arqueológico e cultural.

Com base no levantamento teórico, é possível refletir que as alternativas supracitadas podem ser aplicadas direta e indiretamente, tanto na esfera dos empreendimentos turísticos como na esfera pessoal. Cada cidadão é capaz de aplicar as iniciativas apresentadas em maior ou menor grau no seu meio de convívio. São ações simples, como a redução do consumo de água (na lavagem de roupas), economia de energia (com lâmpadas de LED), valorização da cultura (priorizando artesanato e culinária local) e aplicação da acessibilidade, que promoverão o bem estar social e a possibilidade do alcance não somente de um turismo sustentável, como do desenvolvimento sustentável no geral - através dessas pequenas mudanças.

Conforme já citado também, é de suma importância disseminar essas informações para que as pessoas tenham conhecimento e possam aplicar tais práticas no cotidiano.

Além disso, “empreendimentos que têm a sustentabilidade incorporada em sua essência e em sua atuação, e que se preocupam em gerir os impactos causados por suas atividades, produtos e serviços, têm conseguido avanços expressivos em visibilidade e resultados financeiros positivos” (MTUR, 2016, p. 8).

É importante destacar que as ações aplicadas nos empreendimentos devem apresentar resultados concretos e significativos para o meio ambiente e a sociedade, não se tratando apenas de atitudes superficiais com o intuito de promoção e garantia de vantagem competitiva no mercado com a prática do “Marketing Verde” (MTUR, 2016).

Sendo assim, o turismo sustentável pode ser considerado além de uma vertente do desenvolvimento sustentável um caminho para tal, visto que proporciona a independência das comunidades locais e distribuição dos lucros, fortalecimento e valorização da cultura, preservação de áreas naturais.

2.3 TURISMO RURAL

O desenvolvimento turístico de uma região rural se faz a partir da utilização dos recursos naturais e culturais locais para fins turísticos. Dessa forma, o turismo rural se apoia sobre o espaço onde é desenvolvido e se concretiza através da oferta dos produtos turísticos, envolvendo diretamente a participação das populações locais em acolher os turistas.

A atividade turística no meio rural proporciona valorização da cultura, alternativa de renda e ocupação, sendo muitas vezes impulsionador para o desenvolvimento de infraestruturas como vias de acesso, iluminação e sinalização, proporcionando meio de intercâmbio entre o ambiente rural e o ambiente urbano (ALMEIDA E SOUZA, 2003).

Isto é, o turismo inserido no meio rural justifica a permanência e manutenção de antigos hábitos, tradições e cultura de uma família, sendo uma ferramenta de resistência para essas pessoas que, por falta de alternativas, se deslocam para as cidades em busca de emprego ou permanecem em seus trabalhos desgastantes e com baixo retorno, ao qual se apresenta muitas vezes a agricultura. Neste sentido, Wandscheer e Teixeira (2010) em “Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea”, apresentam os termos turismo e meio rural como complementares, quando um passa a justificar o outro.

Segundo Almeida e Souza (2003) o turismo rural proporciona a valorização “dos espaços rurais, dos recursos naturais, do patrimônio cultural, da arquitetura rural, das tradições étnicas, dos produtos locais, das identidades regionais representadas na gastronomia, acolhimento, atividades de lazer, animação e serviços diversos.” (ALMEIDA E SOUZA, 2003, p.112-113). Ainda segundo os autores, o turismo em meio rural apresenta-se também para fins de desenvolvimento local sustentável e como uma opção de lazer da sociedade moderna, sendo a valorização do rural participante de um novo pacto social entre a cidade e o campo (ALMEIDA E SOUZA, 2003).

Se desenvolvido com comprometimento com a cultura e modo de vida local de uma comunidade, o turismo no espaço rural permite o resgate de práticas culturais muitas vezes esquecidas, como aponta Tulik (2010). Adiante do olhar contemporâneo, que passou a relacionar o espaço rural à qualidade de vida, vê-se a oportunidade de inserir os princípios da sustentabilidade nas atividades no campo,

impulsionando as boas práticas na relação homem/natureza, apresentando-se como instrumento na disseminação desses conhecimentos para o meio urbano, através do turista que vem da cidade para o campo.

Segundo Almeida, Froehlich e Riedl (2003), os atores locais vem tomando consciência das potencialidades da atividade turística no desenvolvimento de sinergias ou serviços que sustentem o mundo rural. Merece destaque o efeito multiplicador sobre os investimentos diretos, tornando a atividade turística no meio rural um instrumento privilegiado de desenvolvimento econômico à medida que apresenta índices de crescimento contínuo. Para Almeida e Souza (2003), o turismo rural ganha destaque ao manter suas atividades e rotinas originais, atendendo a uma demanda urbana cada vez mais carente de contato com o natural, com um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação com a natureza.

É comum que o turista tenha uma visão idealizada e romantizada do local que vai visitar, “entretanto, há de se modificar esta imagem, pois assim, os turistas vão começar a entender que ele também tem deveres quanto à preservação deste idealizado ambiente tranquilo, bonito e harmonioso.” (LACERDA, SILVA e CAVALCANTE, 2005, p. 61). Neste sentido, os autores reforçam a importância da sensibilização sobre sustentabilidade e boas práticas, que devem ser disseminadas tanto para os proprietários rurais, como para o turista.

Graziano da Silva et al. (1998) entendem como atividades de lazer no meio rural as “várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não” (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998)

Dessa forma, o âmbito da oferta turística no meio rural abrange também os grandes empreendimentos turísticos localizados no ambiente rural, porém não necessariamente incluídos na categoria de turismo rural.

Segundo Almeida e Souza (2003) a experiência europeia mostra que a característica primordial do turismo rural é a preservação da originalidade local, equilibrando as expectativas urbanas e o conforto moderno com a realidade do campo e os valores tradicionais. O contato direto e personalizado com o meio rural, nos aspectos físicos e humanos, bem como a possibilidade de participação nas atividades, nos usos e nos costumes da população local, faz com que o turismo rural

se diferencie de outras formas de turismo ao apresentar os parâmetros tradicionais como elementos centrais e primários, tendo a ruralidade como essência principal (ALMEIDA E SOUZA, 2003).

Maria Carneiro (1998) corrobora neste sentido ao afirmar que

o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento. Esse fenômeno - a pluriatividade -, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. (CARNEIRO, 1998, p. 56)

Jacinto (2007) defende em seu estudo a possibilidade de ações de turismo rural aliado às práticas da agroecologia e permacultura objetivando alcançar a qualidade de vida de acordo com as condições de produção das famílias. O autor aponta que a inserção de novas práticas sustentáveis em uma propriedade rural requer um olhar mais sensível, no qual as peculiaridades da região devem ser levadas em conta, bem como o interesse da família em questão.

Neste sentido, Barbier (1997 *apud* Marcon 2002) afirma que é necessário que estejamos abertos e dispostos a mudanças e reformulações no modo de pensar, assim como para Dalla Zen (2010), é importante que haja ressignificação do pensamento humano ampliando assim as percepções de justiça e igualdade entre os povos.

Trata-se, então, de sair de si e partir do outro, de suas práticas, de seus discursos, de seus produtos e, no final das contas, de seu próprio universo simbólico e imaginário. Compreender-se-á que essa atitude nova implica “esvaziar” a cabeça, antes de tê-la bem cheia. Devemos tentar estar receptivos ao outro e tentar estar disponíveis e impressionais pelas categorias do pensar, do fazer e do sentir que não estão em nossos hábitos. Somente a prática e a experiência das relações humanas, informadas pelas leituras teóricas apropriadas, nos permitem compreender, pouco a pouco, o sentido profundo dessa abertura ontológica. Escutar é daquilo que denominamos experiencial, antes de experimental. O experimental põe em ação não somente nossas faculdades lógicas e cognitivas, mas igualmente nossas faculdades de intuição e imaginação, frequentemente ligadas ao reconhecimento pleno e inteiro de nossa sensorialidade (BARBIER, 1997, *apud* MARCON, 2002)

Segundo Dalla Zen (2010), as ressignificações do pensar e do agir serão incentivadoras da participação integrada e ativa da sociedade, auxiliando no resgate dos menos favorecidos ao permitir-se compreender e atender suas necessidades. As novas formas de conhecimento, além de despertar o interesse por variados temas, proporcionarão novas perspectivas de vida na forma de visualizar os semelhantes.

A respeito do planejamento participativo na inserção de práticas sustentáveis em propriedades rurais, o autor Durán (2009) apresenta o caso da comunidade turística em Orika, na Colômbia. Durán (2009) aponta que a população local se envolveu em uma nova linguagem de governança ambiental através da participação em oficinas sobre ecologia e desenvolvimento sustentável, que oportunizou a criação de cooperativas de trabalho para lucrar com atividades de ecoturismo, pesca artesanal e agricultura sustentável.

De acordo com o autor, projetos ambientais participativos de origem estatal não existem no local, e ONG's ambientais e fundações privadas passaram a incorporar projetos de desenvolvimento sustentável com base nos princípios da permacultura, envolvendo a construção de um olhar para a temática ambiental. Até o final de 2008, os nativos da comunidade de Orika construíram cerca de 80 latrinas ecológicas secas em suas casas, bem como painéis solares e um tanque comunitário para o armazenamento de água potável.

Diante do panorama geral apresentado, observa-se a multifuncionalidade que pode ser vivenciada no meio rural, através do desenvolvimento da atividade turística de forma coletiva e participativa, permitindo que uma comunidade passe a fazer o uso inteligente de seus recursos naturais e culturais. Dessa forma, turismo rural e sustentabilidade podem se complementar através dos princípios do desenvolvimento sustentável que proporcionará uma relação mais harmoniosa entre a comunidade e o espaço em que vivem.

Vale ressaltar que o conceito de sustentabilidade encontra, ainda barreiras operacionais, dentre as quais se destaca a dificuldade em medir as perdas e ganhos da operacionalização, ou seja, a inexistência de uma metodologia que avalie se um destino ou atividade é realmente sustentável (BENI, 1998). Apesar de não existir, atualmente, uma metodologia para a operacionalização da sustentabilidade no turismo, a atividade pode desenvolver-se seguindo alguns parâmetros dos ideais sustentáveis que foram citados.

Da mesma forma, o desenvolvimento sustentável prevê minimizar ao máximo os riscos que uma atividade mal planejada possa acarretar ao meio ambiente, sendo necessário proteger as características essenciais de cada comunidade bem como o ambiente em que está inserida. É importante também vocação, planejamento participativo, economia solidária, visão a longo prazo e coletivismo (RUSCHMANN, 2000:70 *apud* LACERDA, SILVA E CAVALCANTE, 2005)

Visto o embasamento teórico acerca do significado e aplicação da sustentabilidade no meio rural, elenca-se a oportunidade de inserir esses conhecimentos aliados à atividade turística de modo que as iniciativas agreguem valor para o local, no sentido da manutenção e valorização da cultura, oportunidade de alternativa de renda, além de orientar a comunidade a manejar seus recursos de forma eficiente. Essas práticas podem se tornar, inclusive, um atrativo para os visitantes, os quais também se tornarão disseminadores dos conhecimentos adquiridos.

Serão apresentados a seguir exemplos de empreendimentos turísticos que utilizam de práticas sustentáveis como forma de desenvolvimento das propriedades, visando o equilíbrio entre o conforto da modernidade e a gestão dos recursos para o futuro.

2.4 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS

Neste tópico serão apresentados exemplos práticos de propriedades turísticas que se desenvolvem com base na sustentabilidade, sendo apresentados sob os diversos segmentos dentre eles o rural, o ecológico e o de luxo.

Um dos empreendimentos sustentáveis de destaque no Brasil é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada em uma Unidade de Conservação estadual na região Amazônica e situada entre os rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná. A unidade de conservação possui uma extensão de 1.124.000 ha, sendo a maior área de mata de várzea protegida do mundo, representando fundamental importância na proteção desse ecossistema (VASCONCELOS, 2009).

Criada em 1998, a Pousada Uacari possui administração compartilhada entre o Instituto Mamirauá e dez comunidades da Reserva Mamirauá, que atuam na gestão da pousada, no gerenciamento dos funcionários, prestadores de serviços e

vendedores de produtos da região e proporciona a distribuição da arrecadação de renda com a atividade turística desenvolvida no local (BETTI, 2012). Dessa forma, o empreendimento desenvolve a gestão participativa, a economia solidária e gera alternativa de renda para os moradores locais, fator que pode ser diretamente associado com a promoção da independência das comunidades. Contribui também para a conservação dos recursos naturais e promove a valorização da cultura da região e dos povos que lá vivem.

A maioria dos funcionários da pousada (gerência, guias locais, camareiras, cozinheiros, etc.) são das comunidades ribeirinhas, sendo a equipe dividida em duas. Uma equipe trabalha em Tefé, responsável por gerenciar as reservas e a logística de chegada e saída dos hóspedes. A segunda trabalha na própria pousada com a recepção dos visitantes, sendo a operacionalização em sistema de rodízio, em que cada equipe trabalha em média 10 dias por mês e depois retorna para casa. Segundo Betti (2012), os lucros da pousada são divididos 50% para o sistema de fiscalização comunitária e 50% entre as comunidades.

A Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM) foi criada pelos próprios moradores a fim de organizar a gestão do turismo e fortalecer a organização comunitária.

Neste aspecto podemos identificar a presença da sustentabilidade econômica e social, visto que prezam pela manutenção de renda do local para a sobrevivência do empreendimento, além de promover a independência e integração das comunidades, valorização da cultura e participação nas tomadas de decisão - através da associação.

O Instituto Mamirauá é uma Organização Social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e atua como uma de suas unidades de pesquisa, desenvolvendo programas de pesquisa, manejo e desenvolvimento social, sendo apoiador da gestão da Reserva Mamirauá, onde está localizado o empreendimento. O Instituto possui o Programa de Turismo de Base Comunitária ao qual está vinculada a operacionalização da Pousada Uacari. Sobre este aspecto podemos evidenciar a presença da sustentabilidade político-institucional, visto que envolve diretamente as relações e compromissos do governo e a sociedade civil (MTUR, 2016).

Com relação aos aspectos físicos da pousada, conforme pode ser observado na figura 1, os bangalôs são flutuantes e toda a estrutura foi construída

em moldes sustentáveis, nos quais: as telhas são feitas à base de plástico reciclado de garrafas pet; a energia é de origem solar e há captação e armazenamento da água da chuva, além do tratamento dos efluentes antes de retornarem ao rio (POUSADA, 2014). Neste aspecto podemos evidenciar a sustentabilidade ambiental promovida pela pousada, visto que preza pela preservação e respeito pelo ambiente no qual está inserida.

FIGURA 1 – BANGALÔS DA POUSADA



FONTE: Website Pousada Uacari (2018)

FIGURA 2 – MORADOR LOCAL E GUIA



FONTE: Website Pousada Uacari (2018)

Outro exemplo, é o Sítio Passarim, localizado na cidade de Rio Verde, Mato Grosso do Sul. A pousada é exemplo de infraestrutura de baixo impacto ambiental,

com seus princípios na bioarquitetura, utilizando materiais naturais e menor quantidade de recursos primários como água e energia elétrica. O Sítio harmoniza a mão de obra compartilhada e troca de experiências, através do voluntariado para aprendizagens de bioconstrução em troca de estadia na pousada (GALBIATI, 2016). Nas figuras 3 e 4 podem ser verificados a estética e o *desing* do empreendimento e os mutirões de bioconstrução que acontecem no local.

Além de infraestrutura de baixo impacto, o Sítio é agroecológico e participa do movimento da permacultura, que segundo Barros (2008a) promove subsídios para a construção de sistemas humanos sustentáveis, produtivos e socialmente justos, baseados nos princípios de funcionamento da própria natureza.

O empreendimento alia a sustentabilidade ambiental, através da gestão correta dos resíduos, captação e reaproveitamento da água da chuva e bioconstrução, com a sustentabilidade econômica promovendo a manutenção da atividade turística e forte relação com os fornecedores locais; além de possibilitar a troca de culturas entre os turistas, a comunidade local e os voluntários.

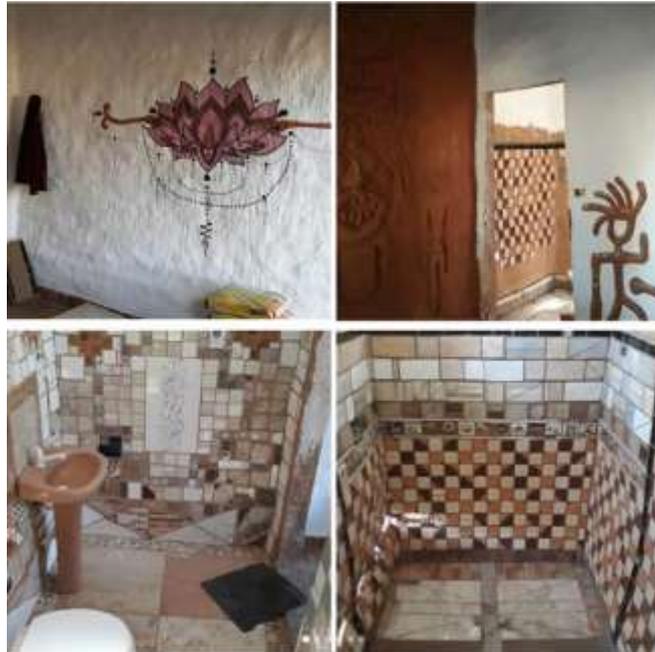
A pousada possui um aspecto rústico e alternativo, com um perfil voltado ao ecoturismo simples e de baixo impacto. Segundo Rafael Santos, co-proprietário do Sítio Passarim, o principal público da pousada é jovem, de 20 a 35 anos, suas principais motivações são aventura e troca de experiências, proporcionada pelos mutirões e oficinas que ocorrem no local.

FIGURA 3 – MUTIRÃO DE BIOCONSTRUÇÃO



Fonte: Website Sítio Passarim (2018)

FIGURA 4 – MONTAGEM DE FOTOS DO QUARTO – Organização: A autora



Fonte: Website Sítio Passarim (2018)

Outro exemplo de meio de hospedagem que aplica práticas sustentáveis é o Canto das Águas, localizado na Chapada Diamantina. O hotel recebeu da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT, 2012) a certificação de primeiro hotel sustentável do Brasil e busca conciliar conforto e lazer com projetos de preservação ambiental e desenvolvimento social da região. “Sempre procuramos ter um cuidado, não apenas com a natureza que nos cerca, mas sobretudo com as pessoas que vivem nesse meio ambiente. Estamos integrados à realidade à nossa volta procurando torná-la melhor, mais justa e mais saudável” (CANTO DAS ÁGUAS, 2018).

Das práticas sustentáveis na propriedade cita-se: coleta seletiva de lixo, com resultado financeiro da venda para funcionários envolvidos; utilização de produtos biodegradáveis pela Governança, Cozinha e Lavanderia; Divulgação e valorização da cultura local; Sistema de aquecimento solar; Instrumentos de regulação de controle de fluxo de água; Gastronomia local; Compostagem; Aproveitamento da luz natural; Prioridade na contratação de mão de obra local; Programas de treinamento para os colaboradores e incentivo à aprendizagem de línguas estrangeiras, entre outros. Nas figuras 5, 6 e 7 podem ser identificados alguns destes aspectos conforme abaixo:

FIGURA 5 e 6 – APROVEITAMENTO DA LUZ NATURAL



Fonte: Website Hotel Canto das Águas (2018)

FIGURA 7 – APROVEITAMENTO DE MATERIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE ÁREAS COMUNS



Fonte: Website Hotel Canto das Águas (2018)

Ao contrário dos exemplos apresentados anteriormente, este empreendimento caracteriza-se como um resort de campo, evidenciando a possibilidade de aplicação das ações sustentáveis nas mais variadas vertentes, sem a necessidade de possuir características do segmento de ecoturismo ou “alternativo”, conforme percepção do senso comum. Apenas com algumas práticas como a captação e aproveitamento da água da chuva, capacitação e treinamento de colaboradores – priorizando a mão de obra e fornecedores locais, compostagem, aproveitamento de material ou estruturas já construídas sem necessidade de novo consumo, entre outras citadas no Guia Turismo e Sustentabilidade (MTUR, 2016), é possível que um empreendimento apresente-se mais ético para o turismo.

Conforme os exemplos supracitados, evidencia-se que esses empreendimentos proporcionam experiências inovadoras junto aos visitantes ao

promoverem a integração junto à natureza, cultura e a comunidade local proporcionando aos hóspedes a oportunidade de vivenciar as rotinas de trabalho das propriedades (ALMEIDA E SOUZA, 2003).

Almeida e Souza (2003) ainda reforçam que as atrações não devem ser ornamentais e simuladas, sendo a autenticidade um fator decisivo para o sucesso junto aos consumidores já saturados de banalizações impostas pelo marketing do consumo.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa, será exposto o modelo metodológico utilizado na elaboração do projeto, além da estratégia de estudo aplicada na interpretação das informações.

A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas de observação para construção do conhecimento, visando a comprovação da validade e utilidade dos temas analisados (PRODANOV E FREITAS, 2013).

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo se submete a investigar conhecimentos na área de Sustentabilidade, apresentando-se como pesquisa exploratória de natureza aplicada, com o propósito de apresentar a relevância do conceito e as implicações práticas dos resultados obtidos, podendo ser aplicados na remediação ou solução de problemas que ocorrem na realidade de acordo com as teorias analisadas (MARCONI E LAKATOS, 2007).

Conforme Andrade (1997) a pesquisa exploratória é considerada a primeira etapa de uma pesquisa científica, pois seu objetivo é aprofundar o conhecimento dos pesquisadores e proporcionar que estes obtenham o máximo de informações possíveis sobre a temática em estudo.

Para Gil (1999, p. 43):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 1999, p. 43).

A formulação do problema e identificação das relações que as variáveis estabelecem com o marco teórico é fundamental para que o problema assumam significado científico. Torna-se necessário, portanto, contrapor a visão teórica do problema com os dados da realidade e definir o delineamento da pesquisa, considerando o ambiente em que são coletados os dados (GIL, 1999, p. 64).

Quanto à relevância do problema de pesquisa, Gil (1999, p. 51) aponta que, ao formular o problema, deve-se determinar qual é sua relevância em termos práticos e científicos à medida que é conduzido à obtenção de novos conhecimentos. Gil (1999) também ressalta que a relevância do problema de pesquisa está nos benefícios que podem decorrer de sua solução e, no caso da presente pesquisa, benefícios que as práticas sustentáveis podem trazer à atividade turística. Desta forma, o problema que norteia esta pesquisa tem como base a seguinte questão “Quais práticas podem ser utilizadas para gerir um empreendimento turístico sustentável?”.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e de acordo com Gil (2002, p.133) a pesquisa qualitativa é “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”.

3.2 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Dessa forma, foi realizado o levantamento de dados bibliográficos e documentais, possibilitando a compreensão dos conceitos de desenvolvimento e turismo sustentável, e fornecendo informações sobre as especificidades do turismo rural. A pesquisa bibliográfica e documental refere-se à consulta em “materiais escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contêm informações já elaboradas e publicadas por outros autores” afirma Santos (2002, p.31-32). O levantamento bibliográfico serviu também como referência para o estudo dos dados coletados na pesquisa exploratória, sendo esta flexível no que diz respeito ao seu planejamento – que incluiu análises de exemplos de empreendimentos turísticos sustentáveis, de acordo com a temática do estudo. Além disso, fundamentou a elaboração do roteiro de entrevista com os proprietários da propriedade Seu Zézinho, local escolhido para aplicação do projeto.

A coleta de dados foi realizada através de levantamento em pesquisa de campo que, segundo Santos (2002), se desenvolve basicamente em três etapas, sendo elas: seleção de amostragem, aplicação de questionários e/ou entrevistas diretas e tabulação dos dados obtidos.

Quanto à pesquisa de campo, é caracterizada por Marconi e Lakatos (2003) como:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 185)

O universo de aplicação da pesquisa foram o proprietário e os funcionários que trabalham na propriedade escolhida para elaboração do projeto, ao total 4 pessoas. A entrevista (apêndice 2), não teve padrão pré-determinado, dessa forma possibilitando maior flexibilidade para o desenvolvimento de acordo com as necessidades elencadas no momento. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 94) a entrevista semi estruturada promove “liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”.

As perguntas foram elaboradas visando compreender o histórico da propriedade, as atividades turísticas desenvolvidas e a percepção dos indivíduos acerca do conceito de sustentabilidade. Além disso, foram analisados individualmente os detalhes operacionais para compreensão do desenvolvimento das variáveis no local, presentes na questão 5 (apêndice 2).

Além disso, também foi utilizada a técnica de observação que segundo Marconi e Lakatos (2007) consiste na possibilidade de examinação dos fatos observados através da ampla variedade dos fenômenos, influenciados por um conjunto de atividades comportamentais; além de proporcionar situações não constantes na utilização de roteiros ou presença de instrumentos de gravação, por exemplo, que podem às vezes influenciar o comportamento dos entrevistados. A observação permitiu assimilar os conteúdos colhidos nas entrevistas com o que é efetivamente praticado no local. As autoras definem como observação assistemática aquela que:

consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados (MARCONI E LAKATOS, 2007, p. 89).

As questões utilizadas nas entrevistas com proprietários dos empreendimentos turísticos foram pré-definidas, no entanto, sua aplicação não se limitou ao roteiro estabelecido, sendo possível, quando necessário, introduzir outras

perguntas no decorrer do processo da entrevista, a qual não possuiu ordem correta para as questões (GIL,1999).

Foram observadas a apresentação e ideologia da propriedade, bem como as infraestruturas existentes e ações já existentes que visam a sustentabilidade. Para isto, o caráter exploratório e o levantamento de dados bibliográficos foram fundamentais para aproximação com o tema e interpretação correta dos dados. Os registros das observações foi realizado vide caderno de anotações e fotografias.

Através da articulação dos conhecimentos levantados nesta primeira etapa da pesquisa, com o referencial bibliográfico acerca dos temas Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável e Turismo Rural e os dados colhidos em campo, objetiva-se responder o problema principal desta pesquisa.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados levantados foi realizada de forma interpretativa, visando expor o verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema, levantando hipóteses mais amplas sobre os dados discutidos. Segundo Marconi e Lakatos (2003), é importante que a interpretação dos dados da pesquisa seja colocada de forma sintética, de maneira clara e acessível.

Em relação à interpretação dos dados, foi analisado o levantamento bibliográfico juntamente com o resultado das entrevistas, quais foram parcialmente estruturadas e os pontos mais relevantes serão transcritos no presente trabalho no capítulo seguinte, em tabulação dos dados. Os resultados foram organizados de acordo com as variáveis da pesquisa e apresentados em quadros, possuindo relevância por proporcionar a aproximação dos conhecimentos teóricos levantados na elaboração do trabalho com as atividades realizadas na prática no empreendimento.

Além disso, a pesquisa de campo, as entrevistas e a observação possibilitaram aproximação com a ideologia da propriedade e as necessidades e desejos dos proprietários. Ao final, um quadro síntese apresentará os principais resultados, que foram fundamentais para a elaboração da proposta de empreendimento turístico sustentável.

3.4 ÁREA DE ESTUDO: PROPRIEDADE DO ZÉZINHO

De forma complementar à pesquisa bibliográfica, foram realizadas visitas na propriedade do Zézinho, em Piraquara/PR, a fim de compreender quais as atividades turísticas realizadas no local, e suas aproximações com a temática da sustentabilidade.

Através de entrevistas semiestruturadas, pretendeu-se entender o perfil dos visitantes, e a operacionalização do empreendimento com relação as seguintes variáveis: utilização dos recursos, gestão dos resíduos, contratação de mão de obra e fornecedores, relação e interação com visitante, promoção da cultura, acessibilidade, vínculo com associações ou instituições, e outros, bem como entender as reais necessidades do empreendimento com o intuito de propor soluções sustentáveis.

A observação teve propósito de assimilar o que foi colhido nas entrevistas com o que é realizado na prática, e levantar as possíveis vocações da propriedade, a fim de propor um projeto que tenha ligações com o local e possa, efetivamente, ser implementado, bem como servir de exemplo para outros empreendimentos.

Nas visitas houve registro fotográfico e as entrevistas foram gravadas com dispositivo de áudio (gravador), após autorização dos entrevistados (sem necessidade de assinar termo).

Para a proposição do projeto foi realizado o emparelhamento dos dados colhidos em campo com os empreendimentos identificados pela pesquisa bibliográfica e documental, visando utilizá-los como exemplos no desenvolvimento de novas ideias.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para apresentação dos dados coletados em campo, optou-se por subdividi-los em dois tópicos distintos: primeiramente serão apresentados os dados colhidos em entrevista e observação, na sequência será apresentada a discussão dos dados.

4.1 TABULAÇÃO DOS DADOS – PESQUISA DE CAMPO

Para a coleta de dados, foi realizada visita na propriedade localizada no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, com o objetivo de observar a área de estudo e entrevistar os responsáveis. Na entrevista foi aplicado o questionário (apêndice 2), sendo estruturado como um roteiro flexível de entrevista, visto que entre as perguntas foi possível esclarecer outras dúvidas que surgiam conforme o andamento das conversas. Todo o processo foi bastante informal, objetivando criar vínculos com os proprietários, a fim de desenvolver um projeto que represente as reais características e necessidades do local, de acordo com a proposta sustentável.

Os entrevistados foram: Dirceu Barros, principal responsável pela Lanchonete; Adir Pinto de Barros, principal responsável pela hospedaria; Osmair Pinto de Barros, principal responsável pelo bar e eventos; e Anderson Barros Costa, filho de Dirceu, funcionário fixo da lanchonete.

1. Quais as atividades turísticas desenvolvidas no local?

Os serviços turísticos oferecidos na propriedade Seu Zézinho são de alimentação através da lanchonete e bar, e hospedagem através da pousada. As acomodações são simples, porém atendem às necessidades de quem precisa se hospedar. Ao total são cinco quartos, para duas pessoas, tendo uma diária média de R\$ 60,00 (sem café da manhã), três quartos possuem cama de casal e os outros dois possuem beliche.

Nas figuras 8 e 9 podem ser reconhecidos quartos da pousada.

FIGURAS 8 e 9 – QUARTOS DA POUSADA; a esquerda com beliche, a direita com cama de casal - ambos para duas pessoas



Fonte: A autora (2018).

Além disso, são promovidos eventos desde o início do ano (2018), os quais foram: uma galinhada no final de fevereiro e uma fogueira de São João em junho, sendo previsto para o final de novembro, um evento com costela fogo de chão - eventos típicos carregados de características rurais como a culinária e música. Os eventos são de porte pequeno, e o público principal são amigos e vizinhos da região, que interagem entre si proporcionando trocas culturais e experiências sobre montanhismo e vida cotidiana, ao som de músicas de grupos musicais da região. Para o evento, é cobrado um valor por pessoa (em média) R\$ 25,00 e as bebidas são vendidas separadamente.

2. Desde quando e como surgiu o desenvolvimento do turismo na propriedade? Qual o principal público? Principal fonte de renda do empreendimento?*

A propriedade Seu Zézinho iniciou suas atividades de atendimento ao turista cerca de 35 anos atrás, visando atender a demanda de alimentação dos montanhistas que passavam pelo local para subir os morros do Canal e do Vigia.

Dessa forma, a família Barros fazia o comércio de salgados e bebidas no local para quem se aventurava nas trilhas até o topo dos morros.

Segundo os proprietários, com o desenvolvimento do montanhismo, principalmente ao final da década de 80, houve aumento significativo na frequência e número de visitantes no local, o qual foi lentamente estruturando-se e adaptando-se para melhor atender o turista. Dessa forma, o serviço de alimentação foi ampliado de algo bem informal - como a venda de salgados, para a construção de uma pequena lanchonete e bar para atender os visitantes e vizinhos da região. Após reformas, em 2005 foi finalizada a construção da lanchonete da propriedade (figura 10), que atualmente serve porções, lanches e almoços com comida caseira - quando agendado por grupos.

FIGURA 10 – LANCHONETE E PARTE DO ESTACIONAMENTO



Fonte: A autora (2018).

Seu José Dirso Pinto de Barros, patriarca da família Barros, tinha o sonho de construir um local para oferecer acomodação aos visitantes. Em 2014 foi construído uma pequena pousada como alternativa de acomodação no pé do Morro do Canal, visto que não se pode acampar nas trilhas. Segundo seu Adir, proprietário da pousada, o principal público do local são montanhistas, sendo que a pousada tem seu maior fluxo próximo a períodos de espetáculos astronômicos. Conforme informado pelos proprietários e observado in loco, a principal fonte de renda é o estacionamento e a lanchonete.

3. Você recebe alguma ajuda no gerenciamento do seu empreendimento?*

O empreendimento é gerido pela família, segundo Sr. Dirceu, todos fazem sua parte e se ajudam da melhor maneira que podem.

4. Os empreendedores da região conversam entre si ou desenvolvem ações em conjunto?*

Segundo os proprietários, Dirceu e Adir, não são feitas reuniões ou comissões em conjunto, porém sempre que possível a vizinhança conversa entre si, em tom mais informal, visando o desenvolvimento do espaço. Há alguns mutirões de limpeza no morro, organizados em parceria com a ONG Caiguava, porém nada específico para a propriedade. Sr Dirceu relata “na verdade, somos todos amigos, não concorrentes”

5. Como ocorre a:

a. Gestão dos resíduos na propriedade (destinação do lixo): *Há separação de lixo orgânico e reciclável na propriedade e a coleta é feita semanalmente, sob responsabilidade do município de Piraquara.*

b. Produção de alimentos: *Os alimentos servidos são produzidos na cozinha da lanchonete (pastéis, recheios, lanches), alguns ingredientes são comprados em mercados próximos (Piraquara ou São José dos Pinhais). O local possui uma pequena horta, que segundo a família Barros, serve apenas para consumo próprio.*

c. Contratação de colaboradores. Há treinamento contínuo? *Os funcionários são os proprietários e familiares, segundo eles não se faz necessário treinamento pois eles já “se cresceram cuidando disso” Sr. Adir Barros.*

d. Quais as principais fontes energéticas utilizadas na propriedade?

Utiliza-se apenas a energia elétrica, através da distribuidora local, Copel/PR.

A captação da água utilizada em toda a propriedade se dá através de canalização de uma nascente do rio Iguaçu, em uma caverna próxima do local. O esgoto é através de fossa negra – sem tratamento.

e. Os fornecedores (alimentos, produtos de limpeza, outros) são da região?

Os produtos comprados são fornecidos por mercados que situam-se nas regiões próximas da propriedade.

6. A propriedade se preocupa com a acessibilidade? Já receberam visitas de PNEs?

Segundo eles, houveram poucos PNEs que frequentaram do local, recordam-se ao total de 2 ou 3 que vieram acompanhados de grupos e pessoas preparadas para auxiliar na locomoção até o morro. Foi utilizado o estacionamento da propriedade e a lanchonete. Ainda nenhum PNE se hospedou.

7. Há algum vínculo com associações ou cooperativas da região?

Existe o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMUMA), vinculado à prefeitura, que busca promover discussões a respeito da proteção ao meio ambiente. Há também uma estreita relação com a ONG Caiguava, já citada anteriormente, para a manutenção das trilhas do morro.

8. Como ocorre a interação com o visitante?

Segundo os proprietários, a interação ocorre através de conversas, pois os proprietários sempre estão à disposição.

9. Existem apoio de órgãos públicos para as demandas da região?

Não, atualmente há tentativas de retorno de monitoramento do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), para o controle dos visitantes, porém em resposta informou-se que atualmente conta possuem poucos funcionários; além disso, há necessidade da reformulação do plano de manejo da área por parte do município. Segundos os proprietários, tais projetos ainda não saíram do lugar.

10. A comunidade costuma desenvolver atividades em conjunto?

Sempre que ocorrem festividades na região há essa interação entre a população do local, Segundo Sr. Osmair Barros “um vizinho visita o outro”.

11. Na sua visão, o que é e qual a importância da Sustentabilidade?

Todos os entrevistados relacionaram o conceito com a questão ambiental, e citaram sobre a relevância da sustentabilidade para permanência da existência humana na terra.

12. Que iniciativas você proporia para o desenvolvimento de atividades que promovam a sustentabilidade no local?

Os entrevistados citaram a problemática do lixo nas trilhas do morro, pois é recorrente a destinação incorreta dos resíduos. Os proprietários falaram que, se pudessem, auxiliariam nesta questão.

13. Na sua visão, quais os principais problemas turísticos da região?

Falta de educação dos visitantes, novamente relacionando a questão do lixo deixado nas trilhas. Falta de apoio do IAP e secretarias do turismo no controle e segurança dos visitantes.

14. Na sua opinião, quais os principais obstáculos para a aplicação de atitudes responsáveis na propriedade?

Os entrevistados não elencaram obstáculos.

15. Você vê o turismo como um meio de desenvolvimento justo e responsável?

Os entrevistados relataram que a atividade turística é muito importante para a família deles, e que acreditam que tem a mesma função em outros locais no mundo “Sim, o sítio ajudou nossa família a crescer e ficar mais unida”

O controle do estacionamento, ocorre em formato de rodízio, onde a cada final de semana, um dos 7 irmãos da família é responsável pela “portaria” (atualmente cobra-se R\$ 10 por carro, e R\$ 5 por moto) arrecadando os lucros com o final de semana ao qual está responsável. Não há controle exato do número de visitantes no local, sendo calculada uma média através dos carros que estacionam na propriedade uma média de 120 veículos por final de semana, que podem conter de uma a cinco pessoas - o que dificulta a mensuração correta.

Todos os funcionários da propriedade (lanchonete, cozinha e pousada) são da família, dessa forma o empreendimento é caracterizado como familiar. Com relação ao marketing do espaço, foi informado que não há um planejamento definido e estratégico de marketing, toda a divulgação é feita boca a boca.

Como manutenção recorrente do empreendimento, foi citado a limpeza semanal do terreno para retirada de folhas e galhos, e a demarcação do estacionamento, feita quinzenalmente. Os proprietários declararam não ter dificuldade para executarem este conjunto de tarefas relacionado à manutenção do empreendimento.

O acesso até o local se dá pela BR 277 e 10 km de estrada de chão até o pé do morro, onde se localiza a propriedade. O acesso pela BR 277 não tem placas de sinalização que indiquem até o local. Ao adentrar na estrada de chão, há duas placas que indicam pontualmente para o Morro do Canal, nenhuma especificamente para a propriedade (como ocorre com outros empreendimentos vizinhos).

Abaixo, o Quadro 2 sintetizará os principais pontos observados e respondidos no formulário de entrevista com os proprietários, conteúdo que auxiliou na elaboração de estratégias a serem desenvolvidas no projeto.

QUADRO 2 – QUADRO RESUMO DA COLETA DE DADOS

Gestão do lixo	Separação do lixo (orgânico e reciclável); Coleta semanal – Municipal
Fornecedores (alimentos)	Mercados da região
Colaboradores	Familiares
Uso dos recursos (água, esgoto, luz, materiais)	Água - fonte canalizada da caverna Esgoto - Fossa Luz - Copel Não tem aproveitamento de luz natural
Associações/ Institucional	ONG Caguava COMUMA Piraquara
Acessibilidade	Não tem. Em decorrência da principal motivação dos visitantes na propriedade ser as trilhas no morro, um número muito pequeno de PNEs visitam o local. Para chegar ao local o acesso é apenas de carro. Na lanchonete há rampas e as mesas possuem boa altura, porém o corredor e os quartos da pousada são bem estreitos e o banheiro (externo) possui degraus e porta estreita - impossibilitando, por exemplo, cadeira de rodas.
Cultura/ Troca de experiências	Percebe-se que apesar de bem receptivos com quem os aborda, os proprietários não fazem

	questão de interação com o visitante; Eventos promovidos; Desenvolver projetos de educação ambiental.
Projetos Futuros	Compostagem; Árvores frutíferas/Horta Orgânica; Parceria com empresas de copo; Educação Ambiental; Cozinha Natural; Fossa séptica biodigestora; Marketing e posicionamento de marca - O Sítio Seu Zezinho
Dificuldades	Controle dos visitantes; Lixo nas trilhas; Plano de Manejo desatualizado;

4.1 DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao visitar a propriedade Seu Zézinho, foi possível perceber a estreita relação da família com o espaço, sendo que cada um fica responsável por uma parte do empreendimento. A raiz que sustenta a propriedade tem seus princípios no sonho do Sr. José Dirso, patriarca da família, que aproveitando o fluxo de visitantes no Morro do Canal, resolveu iniciar uma atividade de comércio de alimentos, que posteriormente seria estendida para outros segmentos. Foi possível identificar bastante interesse na gestão e continuação do empreendimento, porém também foi perceptível certa acomodação por parte dos proprietários, visto que os visitantes que chegam até o local são motivados, quase que exclusivamente, pelo Morro do Canal. Dessa forma, não são realizadas ações e estratégias referentes a preocupação com a captação e acolhimento do público.

Com isso, é reforçada a intensa relação da propriedade com o Morro do Canal, fazendo-se relevante a gestão integrada da propriedade do Zézinho em conjunto com o desenvolvimento do Morro, visando evidenciar e ressaltar cada vez

mais (tanto com os proprietários, quanto com os visitantes) a sensação de pertencimento com o local.

Devido à falta de posto para informação e controle de visitantes, as informações acerca de segurança, legislação, e educação ambiental tornam-se um pouco vagas, cabendo exclusivamente ao público tomar conhecimento e conscientizar-se sobre essas questões. A falta de fiscalização, prejudica inclusive na segurança de quem sobe o morro, pois não há controle de entradas e saídas, dessa forma impossibilitando a necessária e rápida percepção de “perdidos na trilha” bem como de possíveis pessoas que acampam no local, o que é proibido em legislação. A falta de fiscalização prejudica não somente os visitantes, como também o próprio espaço do morro visto que não há controle de pernoites, lixo, sinalização adequada nem incentivo à educação ambiental.

O empreendimento é de pequeno porte, porém ao aproveitar o fluxo de turistas que se direcionam às trilhas do Morro do Canal, e também por direcionar-se para diversos segmentos, como o lazer, alimentação e hospedagem, a propriedade serve como fonte segura de segunda renda aos proprietários, que também são aposentados e já possuem outra fonte de renda.

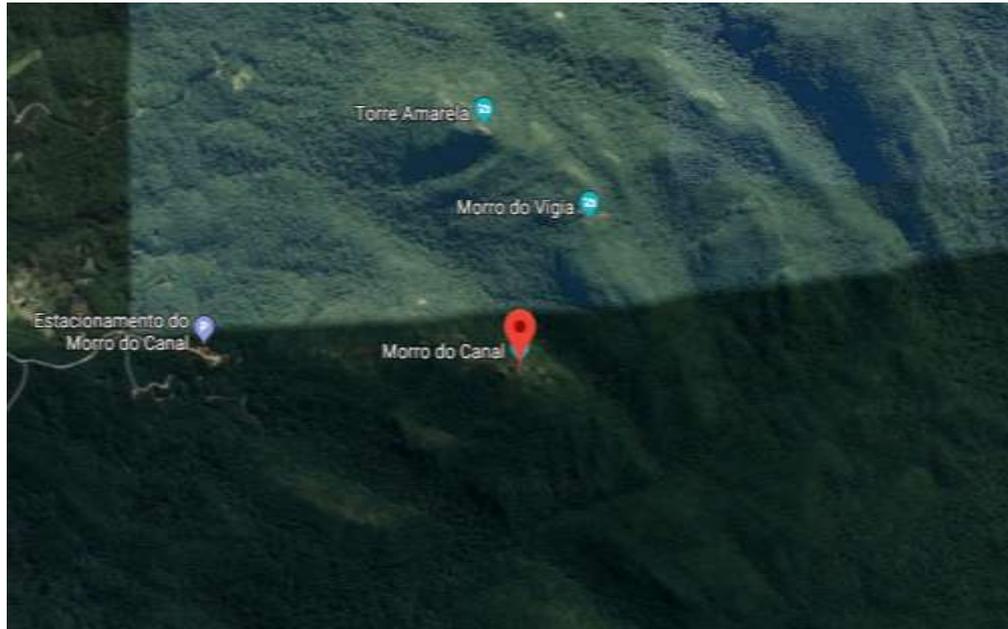
A atividade turística e visitação no morro ocorre sem que haja nenhum marketing específico para o local, bem como também não há controle e mensuração do número de visitantes, como citado anteriormente. A propriedade, por localizar-se em local estratégico, incorpora o fluxo de visitantes para o desempenho, principalmente, de suas atividades de alimentação. Dessa forma, os principais lucros da propriedade Seu Zézinho advém da lanchonete e do estacionamento.

Os entrevistados afirmaram que não possuem um plano ou estratégias de marketing para divulgação do produto, demonstrando também pouco interesse no desenvolvimento de algo neste sentido visto que o “produto” já está consolidado. Com a observação *in loco*, foi possível perceber que o marketing horizontal, popularmente conhecido como “boca a boca”, apresenta força suficiente para suprir a demanda do empreendimento. É interessante, entretanto, o desenvolvimento de questões que fortaleçam o conhecimento sobre a propriedade, e facilitem o contato dos visitantes com o local bem como potencializem as qualidades do local; estas questões serão descritas no capítulo 5 deste projeto.

Ao realizar uma pesquisa sobre o empreendimento no site de buscas Google.com, foi identificado no mapa da região, conforme aponta figura 11, que o

empreendimento está intitulado apenas como “estacionamento Morro do Canal”, sem que haja menção alguma sobre a propriedade e as atividades ali desenvolvidas. De acordo com isso, nota-se relativa importância em relacionar as potencialidades da propriedade com a imagem que é passada aos visitantes.

FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO



Fonte: Google Maps, 2018.

Procurando objetivar a demonstração dos dados de forma clara e sucinta, com base na entrevista, observação e análise, segue abaixo o Quadro 3 explicativo relacionando as características da propriedade que são opostas a sustentabilidade, seus pontos positivos e, por fim, as potencialidades que a propriedade possui para tornar-se sustentável. A maioria das informações já constam na tabulação dos dados e outras na análise, porém optou-se pela utilização do quadro para visualização mais clara ao leitor.

QUADRO 3 – QUADRO EXPLICATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

Pontos a melhorar - contrários a sustentabilidade	Pontos Positivos	Formas de explorar (projeto)
Utilização de descartáveis na lanchonete		Parceira com copos ONGs/Projetos para guardanapos
Fossa comum		Fossa séptica

		biodigestora
Compostagem	Horta orgânica	Compostagem, interação, facilita acesso produtos saudáveis
Interação com o visitante		Educação Ambiental
Gestão IAP-Morro	Relação institucional - ONG Cajuva e COMUMA	Integrar projeto (citados acima)
Sem luz natural na lanchonete		Abrir espaços, redução de consumo energético
Captação água da chuva para banheiros, horta e limpeza geral		Melhorar a qualidade da água captada
Acessibilidade (para surdos pois seria a deficiência com maior abrangência e possibilidade de realização de acordo com o produto ofertado)		Placas intuitivas
	Lucro das atividades	
	Festas promovidas	Sustentabilidade cultural
Energia elétrica		Análise de viabilidade de energia solar

Organização: A Autora (2018).

5 PROJETO DE TURISMO

O projeto consiste em uma proposta turística de abordagem sustentável baseada nos levantamentos teóricos aqui apresentados, que contempla a necessidade de reformulações das atuais formas de produção e apresentação da atividade turística, visando o desenvolvimento integrado dos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos. O turismo, para ser sustentável, deve respeitar o ambiente em que está inserido e os indivíduos que convivem no espaço, promovendo o desenvolvimento integrado dos atores e incentivando a disseminação de conhecimentos.

Na propriedade visitada, foram observados pontos positivos que serão apresentados e potencializados ao final do projeto, bem como pontos negativos que podem ser reformulados e adaptados para uma melhor gestão da atividade. Ao final do projeto, visa-se um produto turístico sustentável - que poderá ser adaptado a diversos empreendimentos, estejam eles vinculados ao segmento turístico ou não.

A aplicação do projeto apresentado será desenvolvida, direcionando-se ao local onde foi realizada a pesquisa de campo, propriedade do Zézinho. Os proprietários do empreendimento serão responsáveis por viabilizar a execução do projeto, podendo contar com apoio de instituições como a ONG Caiguava que já é parceira e realiza atividades no Morro do Canal. Ressalta-se que além de usuários do espaço, os visitantes e a população vizinha, podem e devem ser incentivados a participar ativamente na realização das estratégias, como exemplo na manutenção da horta, participação nas festividades entre outros. Além disso, é fundamental a presença do turismólogo, profissional do turismo responsável pela estruturação do projeto, captação de instituições parceiras e auxílio na execução das estratégias. O detalhamento das atividades propostas será apresentado a seguir, nos tópicos 5.1 e 5.2.

Em decorrência da execução ser vinculada diretamente com as possibilidades e necessidades do local, não se poderá definir um prazo máximo exato para a realização integral do projeto, visto que depende intrinsecamente da vontade e condições dos proprietários para sua conclusão.

Serão abordados inicialmente os prazos sugeridos para realização - os quais serão apresentados no tópico 5.2 e aos proprietários ao final do projeto. É previsto um prazo médio de 2 anos para a efetivação completa do projeto, que tem seus

ideais na promoção da integração e crescimento conjunto dos atores envolvidos, aqui entendidos como: Morro do Canal, propriedade do Zézinho e comunidade vizinha (visitante).

Destaca-se a importância para a realização do projeto visto que, com base no referencial teórico deste trabalho, o turismo sustentável reconhece a necessidade de proteção e valorização de determinados aspectos que atualmente são subjugados, focando o desempenho da atividade exclusivamente no lucro e na atividade econômica, e menosprezando setores que também recebem impacto da atividade quanto, como os sociais e ambientais. Dessa forma, o turismo sustentável apresenta-se como alternativa para manutenção da atividade, visto que valoriza a cultura da localidade ao qual está inserido; promove a inclusão através da economia solidária e planejamento participativo (interação com a comunidade e desenvolvimento do interesse dos proprietários), e prevê o equilíbrio entre as necessidades e a utilização dos recursos, garantindo um menor desgaste ambiental. (Beni, 1999; Sachs, 2005; Swarbrooke, 2000).

Além disso, destaca-se o grande número de público que o Morro, e em consequência a propriedade recebe, fazendo-se necessária uma abordagem voltada para a preocupação com a sustentabilidade ambiental em decorrência dos impactos causados no espaço pela intensa visitação. Entende-se que não existe atividade turística sem consumo, pessoas e impacto, o que se faz urgente é o equilíbrio entre esses fatores. Para tanto, desenvolve-se o projeto a seguir visando apresentar uma proposta justa, igualitária, responsável e viável.

5.1 ETAPAS E ESTRATÉGIAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Neste tópico serão apresentadas as estratégias desenvolvidas no projeto para a aplicação na propriedade Seu Zézinho, de acordo com as observações coletadas em campo e os levantamentos teóricos, bem como exemplos de empreendimentos nacionais de sucesso que se utilizam de estratégias sustentáveis.

O Quadro 4 é apresentado para facilitar a visualização das estratégias desenvolvidas, que foram subdivididas em três temáticas de acordo com a atuação e o tempo necessário para execução. A primeira temática abordada é estrutural, pois irá requerer mudanças físicas no espaço da propriedade; a segunda temática

relaciona-se com questões culturais e hábitos cotidianos; e por fim, a terceira temática com tendências de mercado atuais, envolvendo-se com tecnologia.

As atividades também foram subdivididas em períodos de tempo que variam em três temporalidades: a primeira coluna apresenta às atividades mais fáceis de serem realizadas e, por isso, requerem menos tempo para efetivação, sendo estipulado prazo médio de 1 a 3 meses para realização. A segunda coluna aponta atividades de médio prazo, pois necessitam de maior planejamento orçamentário e conclusão de outras demandas para que possam ser iniciadas, estipula-se prazo médio de 3 meses à 1 ano para realização. A última coluna refere-se as atividades mais complexas por estarem integradas com outros projetos, estipulando prazo médio para sua realização após 1 ano de implementação do projeto. Ao total, é previsto um prazo médio de 2 anos para a efetivação completa do projeto e adequação as estratégias aqui propostas, posicionando o empreendimento como uma propriedade turística sustentável. Os recursos financeiros necessários para a elaboração das estratégias serão detalhados no tópico 5.2.

QUADRO 4 – DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E PRAZOS

	CURTO – 3 MESES	MÉDIO – 3 MESES A 1 ANO	LONGO – APÓS 1 ANO
ESTRUTURAIS	Horta > experiência de colheita	Placas de sinalização interpretativas (palestras e oficinas - projeto relacionado ao turismo pedagógico e educação ambiental)	
	Compostagem	Fossa Séptica	
		Energia Solar	
CULTURAIS	Definição das instituições e empresas – fornecimentos dos copos duráveis, e guardanapos de pano.	Confecção dos guardanapos de pano	Educação Ambiental Integração de projetos e órgão/instituições

	Incentivo a gastronomia natural (horta) e opções vegetarianas (apresentar possíveis receitas); a culinária tradicional se faz bem representada nas festividades/eventos promovidos		(ações com escolas, visitantes)
TENDÊNCIAS DE MERCADO	Orçamento com as prestadoras	Criar marca Sitio do Zézinho Criar site ou página em redes sociais (mais fácil de atualizar)	Carona solidária: através de dispositivo no site Cursos, Palestras e Oficinas (no local) Cursos profissionalizantes (para o profissionais)

Organização: A autora (2018)

Os aspectos estruturais foram classificados majoritariamente com curto prazo de execução pois as modificações necessárias para conclusão dependem de instalações simples e de baixo custo, que necessitam mais de recursos humanos e força de trabalho do que recursos financeiros.

Neste sentido, a pequena horta existente no local (figura 12), que segundo informação dos proprietários em entrevista, é utilizada apenas para consumo particular da família, poderia ser aperfeiçoada e convidativa ao público. O interessante seria desenvolver um projeto de ampliação da horta, no sentido de qualidade da produção, visto que no local já existem inúmeras frutas e leguminosas em cultivo, sendo necessário apenas preocupação com o cultivo e cuidado com espaço. O intuito seria estimular a participação da comunidade no cultivo e colheita dos produtos, bem como introduzir conhecimento às crianças que frequentam(rão) o local sobre os prazeres da natureza e a cultura das áreas rurais. Haveria então, uma possível mescla dos segmentos de turismo rural com o ecoturismo e turismo pedagógico, auxiliando no desenvolvimento integrado e conscientização sobre respeito com a natureza e valorização do espaço natural e rural. Os alimentos

colhidos ali seriam orgânicos auxiliando na manutenção e ampliação ao acesso à qualidade de vida e saúde dos visitantes.

Seria válido a utilização de conhecimentos de permacultura para produção e manutenção da horta visto que o conceito prevê a utilização do solo com respeito ao ambiente e ao ser humano, através de ações práticas sustentáveis de reutilização e melhor aproveitamento de recursos e espaços. A permacultura é um sistema de design que visa a criação de sistemas humanos sustentáveis através da união de técnicas que envolvem a construção de habitações sustentáveis, geração de energia limpa, captação de água, produção de alimentos e também o manejo correto dos dejetos. Apoia-se na ética e em seus doze princípios de design, conhecidos como “Flor da Permacultura”, para a criação de uma cultura de sustentabilidade. A flor tem seu desenvolvimento em espiral, que simboliza a evolução que se inicia por um nível pessoal e local, evoluindo para um nível coletivo e global (ESTEVEZ E NUCCI, 2015). A inserção da permacultura na propriedade rural pode propiciar que a atividade turística desenvolvida se torne uma de interação com os visitantes e promoção da saúde alimentar, podendo também tornar-se alternativa de renda indireta e elevar seu potencial turístico, além de preservar práticas tradicionais dos ambientes rurais ao mesmo tempo em que contribui para o seu desenvolvimento sustentável.

FIGURA 12 – HORTA DA PROPRIEDADE



Fonte: A autora (2018)

Na posição de visitante/consumidor, é notável encontrar uma propriedade que além de oferecer serviço de alimentação (como a lanchonete) no início da subida do morro ao qual quer fazer a trilha, pudesse oferecer também horta para consumo de frutas e algumas verduras orgânicas. A potencialidade para colheita de frutas existe no local que possui pés de laranja, limão, tangerina, manga e outras frutas, porém não é oferecida de forma organizada e poucos frequentadores aproveitam de forma espontânea. Visando a integração entre essa potencialidade do local com os visitantes, seria interessante a implantação de plaquinhas indicativas para a horta convidando o público a explorá-la. Tais placas devem conter mensagem convidativas e serem confeccionadas de forma artesanal e simples instigando o visitante a colher uma fruta do pé e experimentá-la. A ideia, em contexto, pode parecer simples, porém, nos dias de hoje, muitas pessoas - principalmente as crianças, jamais tiveram esta oportunidade, o que tornaria a experiência uma lembrança única e enriquecedora. A colheita de produtos para “levar”, deve ter a cobrança de um valor que atenda a manutenção do sistema - caso assim opte o proprietário. A reformulação da horta para melhor apresentação ao público levaria poucos dias, sendo necessário apenas o aprimoramento em técnicas de cultivo, como consequência a atividade possui um curto prazo para realização.

Outra estratégia que será incentivada na propriedade é a compostagem. O método utilizaria os resíduos orgânicos consumidos na lanchonete (e até mesmo os resíduos dos visitantes poderiam ser incluídos), no processo natural de degradação da matéria orgânica armazenada através de micro-organismos. O resultado final do processo é a transformação da matéria orgânica em húmus, um material rico em nutrientes e fértil, que deverá ser utilizado na horta para potencializar o cultivo. Para a efetivação da compostagem, se faz necessário apenas um espaço para implantação de um armazenador, que deve ser escolhido levando em consideração o volume de matéria orgânica que é produzida e também o espaço disponível para sua alocação, porém todos os formatos e tamanhos possuem a mesma finalidade. A compostagem auxilia na destinação correta dos resíduos, potencializando a vida útil dos alimentos e evitando a produção de lixo.

Em consonância com estes projetos, sugestiona-se a implementação de uma fossa séptica biodigestora, constituindo-se em um sistema barato e eficiente que além de evitar a contaminação do lençol freático e a proliferação de doenças, auxilia no cultivo dos produtos através da produção de adubo orgânico - podendo

ser utilizado na hortas e pomares. Para a implementação da fossa seria necessário breve estudo para verificação do local mais adequado para a implementação, e posterior início das obras.

Com relação aos utensílios utilizados para consumo na lanchonete, os pratos e talheres são convencionais e reutilizáveis, entretanto, todos os copos fornecidos aos clientes da lanchonete são descartáveis gerando um gasto médio diário (por dia do final de semana) de aproximadamente 300 copos. Propõe-se como estratégia sustentável para o local a substituição desses produtos descartáveis por produtos duráveis, através de parceria com a empresa brasileira Meu Copo Eco, que faz a venda ou empréstimo de copos visando a redução da produção de lixo. Além da vantagem ecológica na utilização dos copos reutilizáveis, essa atitude agregaria valor ao produto, podendo utilizar o diferencial como souvenir da marca Sítio Seu Zézinho, visto que os copos podem ser personalizados de acordo com a vontade e negociação de compra, tornando assim uma lembrança a quem frequentasse o local e quisesse levar o copo consigo. Os cliente fariam uso do produto, deixando o valor simbólico do copo como caução (normalmente cobra-se R\$ 5,00 por copo), após o uso do copo podem devolver na sequência retirando o valor de volta, ou levar o produto consigo.

Além disso, poderiam ser criadas parcerias com instituições sociais beneficentes para a produção de guardanapos de pano, através do uso de retalhos de tecidos arrecadados através de doação ou comprados a baixo custo, sem necessidade de produção de novos materiais; os retalhos seriam costurados, e em contrapartida seria feita arrecadação de alimentos, produtos de higiene e limpeza, entre outros para as instituições. Os guardanapos teriam um custo simbólico que auxiliariam na manutenção do projeto e, principalmente, na redução sobre consumo de descartáveis.

Por fim, apresenta-se a última estratégia de curto prazo, que propõe verificar a viabilidade da instalação de energia solar na propriedade evitando o uso de energia convencional não-renovável. Como ponto de partida para implementação do sistema, seria necessário a cotação e experimentação com empresas fornecedoras desta tecnologia, para, em outro momento, realizar a implementação do processo. Este planejamento se faz necessário devido ao alto custo para implementação da energia solar. Entretanto, o sistema é altamente rentável economicamente a longo prazo, além de ser um eficiente sistema de energia renovável, por possuir baixo

impacto ambiental e localizado. A energia solar não está associada à emissão de poluentes nem utiliza os recursos que se extinguem com o tempo, além disso, ocupa pouco espaço e necessita de baixa manutenção.

Quanto às estratégias de médio prazo para implementação, sugere-se que ocorram a partir dos 3 meses do início do projeto, sendo que algumas delas necessitam que as estratégias de curto prazo estejam realizadas ou em andamento.

Como primeira estratégia de médio prazo, elenca-se a produção das placas utilizadas na sinalização da horta - para tanto, se faz necessário que a horta esteja em andamento. A iniciativa visa integrar a comunidade e os visitantes que vão ao local, através de pequenas oficinas com as crianças para a confecção das plaquinhas. O intuito seria criar pequenos mutirões com as crianças, tanto as que vão ao local com seus familiares como também determinados os grupos escolares que frequentam para práticas esportivas no Morro, dessa forma, produzindo placas coloridas e criativas incentivando e resgatando o respeito com a natureza e aliando processos pedagógicos práticos com alimentação saudável. Seria interessante a apresentação da propriedade e suas potencialidades em projetos escolares de educação ambiental, que será melhor descrita nas estratégias de longo prazo.

Neste sentido, outra alternativa proposta refere-se às opções de alimentos servidos na lanchonete, em consonância com a linha mais saudável adotada pelo perfil de praticantes de montanhismo. Atualmente, as opções oferecidas são pastéis e porções fritos. Propõe-se então incluir no cardápio alternativas mais saudáveis, como salada de frutas, sucos naturais, tortas assadas; além de opções vegetarianas e veganas.

Acredita-se que o exemplo é a melhor forma de incentivar a mudança, e, nesta linha, ao oportunizar alimentação saudável através da horta e com itens oferecidos na lanchonete, demonstra-se ao visitante que estas práticas são possíveis. Além disso, a adoção dos copos reutilizáveis, da compostagem e da permacultura sensibilizaria o público sobre a importância das atitudes cotidianas conscientes, possivelmente incentivando tais práticas na vida cotidiana. Dessa forma, o estabelecimento se torna responsável sobre os impactos dos serviços oferecidos e auxilia na promoção de uma alimentação mais saudável aos frequentadores. Incentivar o consumo e produção de alimentos que geram menos lixo, e, caso o lixo seja gerado, oportunizar a destinação correta através das lixeiras

recicláveis (já existentes) e da compostagem do material orgânico, é uma forma de alerta e sensibilização que se apresenta como bastante eficaz.

Em outro ponto, apresentar essas propostas e abordagem ecológica na página online além de impulsionar o serviço da pousada, poderia atrair este público direcionado e também impulsionando a mudança no comportamento do visitante que vai ao local, relacionando-se assim com a educação ambiental.

Para tanto, visando apresentar a propriedade e captar possíveis visitantes, recomenda-se aplicar novas tecnologias, como a criação de uma página em websites de redes sociais, objetivando a divulgação do espaço, das festividades e eventos programados para o local, bem como impulsionando o meio de hospedagem. Além disso, poderão ser apresentadas ao público as datas para os mutirões de limpeza, das oficinas com as crianças, o posicionamento sustentável da propriedade, bem como divulgação sobre educação ambiental, entre outros. A criação de uma página online no website *facebook.com* é oportuna, pois os proprietários já estão familiarizados com a ferramenta e tem facilidade para fazer a manutenção das informações, bem como é uma plataforma bastante acessada pelo público atualmente.

Outra vertente que pode ser potencializada na propriedade, é a possibilidade de visualização de espetáculos astrológicos. Segundo os proprietários, é frequente o uso da pousada por espectadores de fenômenos astrológicos, devido ao posicionamento estratégico do local no que se refere ao distanciamento dos grandes centros urbanos, e proximidade com o Morro do Canal, que proporciona uma vista limpa e ampla do céu. O local já conta com significativo público, porém esta demanda poderia ser potencializada através de parcerias com instituições e pessoas interessadas no tema - como exemplo o Parque da Ciência, que já possui projetos nessa vertente.

A pousada apresenta-se como ótima alternativa para quem quer e gosta de percorrer trilhas e não mora próximo, visto que é uma alternativa de baixo custo de hospedagem. Além disso, contribui com a oferta de acomodação próxima ao morro, em consenso com as leis de proteção ambiental referente à proibição da prática de acampamento em áreas de proteção, conforme prevê o Código Florestal. Entretanto, segundo os proprietários e visitantes do local, mesmo com a proibição muitos montanhistas pernoitam nos morros, evidenciando também a necessidade de controle de visitantes e conscientização sobre direitos e deveres em áreas naturais.

Como propostas de longo prazo para execução, encontram-se algumas que já foram citadas de forma superficial anteriormente e serão melhor detalhadas a seguir.

Através da criação do perfil do empreendimento no website *facebook.com* e adoção das estratégias sugeridas, a propriedade criaria uma identidade perante ao público, sendo importante demarcar as características básicas e principais produtos oferecidos que seriam: a lanchonete, a pousada e o estacionamento. Como atividades secundárias entrariam a horta, os projetos de oficinas com crianças, propostas de observação de fenômenos astronômicos e os eventos promovidos no local.

Para a apresentação online, seria interessante reformular a nomenclatura do empreendimento que atualmente é propriedade “do Zézinho” para algo que atraísse a atenção do visitante, como sugestão “Sítio (Sustentável) Seu Zézinho”.

Como produto final, visualiza-se que as estratégias aplicadas na propriedade seriam apresentadas ao público de modo a difundir e enaltecer as potencialidades e iniciativas sustentáveis. Durante a visita e permanência no sítio os visitantes poderiam: interagir com a horta orgânica e compreender a importância de uma alimentação natural e saudável; obter informações sobre a destinação correta do lixo, através da reciclagem, compostagem de resíduos sólidos e fossa séptica biodigestora, além da utilização do adubo natural produzido por estes sistemas na potencialização do cultivo da horta; conhecer a permacultura e suas técnicas; entender a importância de extinguir o uso de descartáveis, através da utilização de produtos duráveis como os copos reutilizáveis e guardanapos de pano, além do respeito à natureza e preservação natural no Morro.

Com implementação das medidas propostas, o empreendimento também poderá atrair o público infantil e jovem por meio do turismo pedagógico. Assim, propõe-se também o incentivo à educação ambiental através de ações com escolas dos municípios vizinhos, com o intuito de promover a sustentabilidade institucional e política bem como incentivar a cidadania e interação com os visitantes. Outra forma de multiplicar o acesso aos conhecimentos, seria através do desenvolvimento de pequenas oficinas teóricas e práticas na propriedade, com grupos que se interessam sobre o tema de permacultura, bioconstrução, compostagem, entre outros.

Percebe-se que para que o turismo no local alcance a sustentabilidade, existem também fatores externos que influenciam, como a questão do impacto e

falta de controle de visitantes. Segundo os proprietários, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) realizava o monitoramento tanto para o controle quanto auxílio nas informações, porém, em 2008 a atividade foi encerrada e atualmente não possui previsão de retorno. De acordo com o IAP, isso ocorre devido à falta de recursos econômicos e humanos do órgão, dessa forma, após a paralisação das atividades de monitoramento do IAP, não existe controle de visitação - nem para fins estatísticos, quanto de segurança (ambiental e bombeiros).

Visando uma gestão sustentável e integrada com o Morro, faz-se necessário ressaltar a importância do intermédio e auxílio de órgãos, como o IAP e as secretarias de turismo e meio ambiente locais, para atuarem na fiscalização e controle da entrada dos visitantes, proporcionando estudo sobre o local e definição da capacidade de carga e ações de limpeza em decorrência do lixo deixado. A última reforma de sinalização do Morro do Canal foi em 2015, incentivada e realizada pela ONG Caiguava; a qual atualmente também é responsável pelos mutirões de limpeza que ocorrem no Morro, bem como é ator ativo nas assembleias e reuniões que dizem respeito à infraestrutura da região. Acredita-se que essa integração institucional seja fundamental para o desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável do turismo tanto na propriedade como no Morro, o qual está intimamente ligada à sobrevivência da propriedade.

Entretanto, visitas com o menor impacto possível só irão acontecer caso se desenvolvam projetos de conscientização do turista, em parceria com outros órgãos - como o IAP e secretarias municipais, e que poderão ser difundidos através das escolas dos municípios próximos como Piraquara, São José dos Pinhais e a capital Curitiba, possibilitando, inclusive, o desenvolvimento do turismo pedagógico.

De modo geral, a propriedade não necessita de muitos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável, entretanto, se faz relevante algumas reformulações e atualizações no processo de gestão, desenvolvendo ações que estimulem e promovam a educação ambiental. O local já possui público de visitação frequente e relativamente alto, com isso a captação quantitativa de público não se faz necessária, entretanto, necessita-se de ações de conscientização do público atual, e captação de público potencial já inserido na vertente da sustentabilidade.

5.2 CRONOGRAMA, RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

O presente tópico apresenta o cronograma com datas para início das estratégias, os recursos humanos e os recursos financeiros necessários para a execução do projeto.

Como recurso humano para a elaboração da proposta, é primordial a presença e conhecimentos do turismólogo responsável pelo planejamento do projeto. O profissional será responsável pela pesquisa e levantamento de dados, bem como elaboração e estudo de viabilidade das estratégias que serão propostas. É de responsabilidade do turismólogo o planejamento e o monitoramento das estratégias, auxiliando os proprietários na execução e realizando visitas frequentes no primeiro ano de implementação do projeto conforme surgirem necessidades. Os proprietários também serão participantes ativos no desenvolvimento das estratégias, assim como os visitantes.

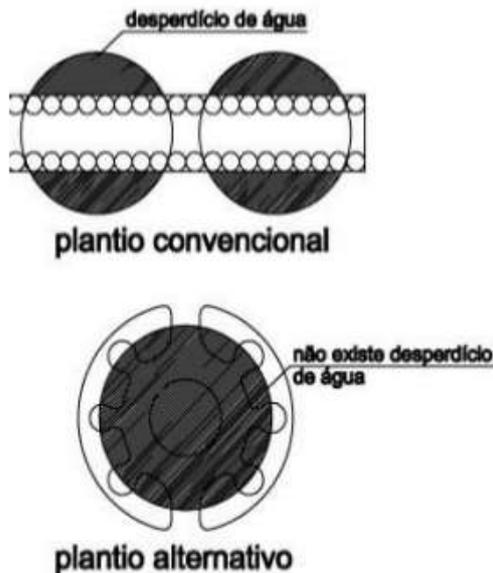
De forma a facilitar o entendimento do leitor, as estratégias acima descritas serão apresentadas no formato de tópicos, cada um contendo o prazo detalhado para execução, quem irá realizar e quanto irá custar, bem como comentários adicionais pertinentes ao assunto.

HORTA

A horta deve ser a primeira estratégia a ser desenvolvida no projeto. Além de demandar poucos recursos, outras estratégias dependem dela para que sejam postas em prática. A sugestão é começar a redesenhar o espaço com os princípios da Permacultura, que prevê integração entre os cultivos, utilizando-se do conceito de horta mandala visto que cada espécie necessita de determinados nutrientes, e auxiliam-se mutuamente, em decorrência do posicionamento das plantações. A maior vantagem da horta em mandala, em comparação com o cultivo convencional, é a economia de água, pois a irrigação é circular evitando o desperdício nos canteiros retos, bem como maior potencial de produção, visto que uma horta convencional necessita de grandes extensões de áreas para a produção desejada, já que os canteiros são retos, compridos e sem diversidade, como nos exemplos

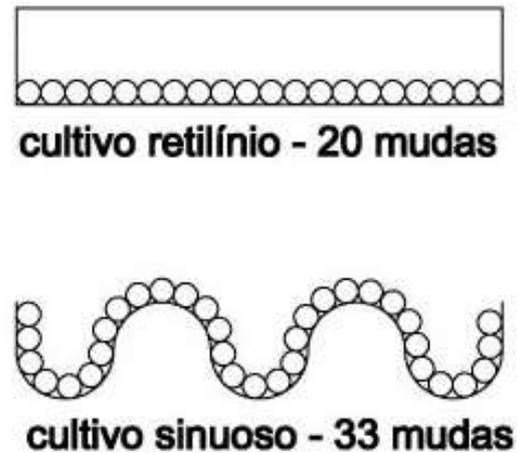
abaixo. Estes aspectos referente à economia de água e espaço para plantação podem ser observados nas figuras 13 e 14 abaixo.

FIGURA 13 – UTILIZAÇÃO DA ÁGUA



Fonte: Antônio Carlos Faneca, 2014.

FIGURA 14 – OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANTIO



Fonte: Marcelo Rosenbaum, 2009.

Os proprietários seriam responsáveis por replantar e reformular a horta, utilizando-se do conceito de horta mandala ou não, e prevê-se prazo médio para conclusão de um mês. O importante não é o tamanho, mas a diversidade e qualidade do cultivo. A ideia principal é manejar, de forma equilibrada o solo e demais recursos naturais através de um trabalho harmonizado com a natureza. Poderiam ser utilizados outros conceitos da permacultura, como aproveitamento dos espaços já existentes, respeito às leis naturais, e também utilização dos adubos naturais produzidos com a compostagem e fossa séptica.

Os recursos financeiros para implementação do novo projeto da horta são relativamente baixos, pois os materiais utilizados podem ser de reaproveitamento como garrafas pet para a separação dos canteiros (auxiliando no arredondamento das formas), e as sementes podem ser adquiridas através de centrais de doação, como no caso do projeto Sementeria (ver referências). A horta já possui terra fértil, não sendo necessário um pré preparo do terreno para o plantio, bem como também possui uma pequena cerca que poderia ser reaproveitada (caso os proprietários julguem necessário, visto que a horta pode ser “aberta” e sem separações). Dessa

forma, antecipadamente não se estimam custos para a elaboração do projeto, sugerindo reserva mínima próxima a R\$ 500 para manutenção e possíveis imprevistos.

Como início dos preparativos para a horta, é necessário marcar o terreno em formato circular ao qual a horta será distribuída. Na sequência demarcar o centro da horta e os caminhos. Após delimitar os caminhos, fazer pequenas separações onde serão realizadas as sementeiras, e, por fim, adotar moldes naturais na organização como arredondamento dos canteiros. Na figura 15 uma pequena representação dessas etapas, produzidas por Marcelo Rosenbaum em 2009 no seu projeto de divulgação dos conceitos permaculturais e hortas mandala.

FIGURA 15 – PASSO A PASSO PARA FORMATAÇÃO DE HORTA MANDALA



Fonte: Marcelo Rosenbaum (2018)

Ao final visa-se alcançar um projeto de plantação harmonioso visualmente, produtivo em termos quali e quantitativo, em decorrência da produção orgânica com fertilização natural (advindas dos processos de compostagem e fossa biodigestora) e maior possibilidade de cultivo (conforme citado anteriormente), proporcionando assim bem-estar e saúde aos proprietários e visitantes que façam uso da horta. Ressalta-se que o prazo para efetivação da horta leva menos de um mês, porém os cuidados com manutenção de poda, rega e plantação são cotidianos. Nas figuras 16 e 17 abaixo alguns exemplos de horta mandalas bem sucedidas apresentadas por Antonio Faneca (2014).

FIGURA 16 – EXEMPLOS DE PLANTAÇÕES NO FORMATO MANDALA



Fonte: Antônio Carlos Faneca, 2014
 FIGURA 17 – EXEMPLOS DE PLANTAÇÕES NO FORMATO MANDALA



Fonte: Antônio Carlos Faneca, 2014.

FOSSA SÉPTICA BIODIGESTORA

Esta alternativa apresenta-se como opção de mini tratamento de esgoto, que recolhe os resíduos orgânicos, faz o tratamento e devolve água tratada para o meio ambiente. Segundo Faustino (2007), apresenta-se como a solução para tratamento de esgoto residencial mais ecológica e ambientalmente correta disponível no mercado, pois além da captação do material, ela trata o esgoto gerado não poluindo os lençóis freáticos do espaço.

O sistema pode ser feito manualmente com o uso de tambores de plásticos, tubos e canos de PVC, britas e algumas plantas como taioba e bananeira para

auxiliar na absorção dos resíduos. Esta opção, inicialmente, possui melhor vantagem financeira, necessitando de menos recursos para implementação. Entretanto, segundo a Embrapa, é necessária manutenção periódica para limpeza através de caminhão limpa-fossa e o intuito do presente trabalho é propor alternativas que promovam a independência financeira a longo prazo, com respeito ao ambiente.

Como alternativa apresenta-se os biodigestores pré-fabricados disponíveis no mercado, que possuem uma estrutura de alta densidade evitando possíveis perfurações de raízes ou pedregulhos ao ser enterrado promovendo a eficácia do processo. Diferente da fossa séptica, qualquer um pode esvaziar o lodo acumulado no biodigestor, uma vez que o mesmo possui um dispositivo de fácil extração que facilita o trabalho, livre de odores indesejáveis. Isso permite grande economia, pois dispensa o uso de caminhões limpa-fossa. Dessa forma visando a sustentabilidade ampla do projeto e da propriedade, para o detalhamento a seguir será utilizada esta opção visto que não polui, contribui para cuidar da saúde e higiene da comunidade, e também não requer custos extras com manutenção.

Segundo divulgado pela empresa H2O Solutions, a obra pode levar em média de 3 a 7 dias para instalação - dependendo do tamanho escolhido para o equipamento que deve levar em consideração a capacidade de produção de esgoto do local. É importante ressaltar que apesar de possuir prazo curto para instalação, o procedimento é mais complexo do que parece (inclusive em comparação com a fossa séptica padrão) e, em decorrência de ser uma solução relativamente nova, existem poucas pessoas com conhecimento e experiência para instalar o equipamento. Dessa forma, ressalta-se a importância de contatar empresas e profissionais especializados para realizar a instalação do serviço, garantindo amplo desempenho e funcionamento.

Com uma capacidade média de público de 250 pessoas semanalmente (para fins estatísticos foi analisado público diário de segunda a sexta de 20 pessoas e 75 em cada dia do final de semana), para a quantia de esgoto que a propriedade produz se faz necessário um biodigestor de 3 000 L. Conforme orçamento com a empresa H2O Solutions, o valor médio para instalação do biodigestor na propriedade é de R\$ 15 000. O pacote de instalação inclui o aparelho biodigestor, acessórios, mão de obra, remoção da terra (para colocar o equipamento), laje (mão de obra e materiais), escavação da terra, frete e visita técnica, ou seja, este custo

abrange todos os gastos necessários para efetiva instalação do produto. A empresa realiza o pagamento à vista (com desconto de 15% - totalizando R\$ 12 750) ou em até 5x sem nenhum acréscimo de juros, totalizando um gasto mensal fixo durante este período de R\$ 3 000, sem que sejam necessárias futuras manutenções ou investimentos.

Propõe-se prazo de efetivação do equipamento a partir do terceiro mês, visto que é necessário cotação com diversas empresas e visitas técnicas para mensurar os detalhamentos da obra.

COMPOSTAGEM

A composteira é utilizada para decomposição de alimentos por meio da ação de micro-organismos que transformam os restos de frutas, legumes e verduras em um rico adubo. Dessa forma, apresentaremos a vermicompostagem (utilização de minhocas) como alternativa viável de implementação na propriedade.

Como passo inicial, é necessário destinar um espaço para a acomodação das minhocas, este espaço irá deter os restos de comida, regular a umidade do sistema e bloquear a luz (que é prejudicial para as minhocas). Existem variados modelos de recipientes disponíveis no mercado, mas também é possível criar um manualmente – a figura 18 representa de forma sucinta o funcionamento do sistema. O material utilizado para o recipiente pode ser de madeira sem tratamentos químicos, e, caso haja, deverá ser forrada com plástico. Os recipientes devem ser facilmente empilháveis e opacos para bloquear a luz, sendo as duas caixas de cima as digestoras e a de baixo a coletora. Segundo o site ECycle o ideal é empilhar três ou mais caixas, pois, ao passo que uma é alimentada com resíduos a outra vai realizando o processo de decomposição e assim alternadamente (caixas digestoras), a última será para coletar o biofertilizante/humus (caixa coletora).

São necessários pequenos furos no fundo da caixa, que podem ser feitos com uma furadeira ou prego e martelo. A quantidade de furos varia conforme o tamanho da caixa (fazer de 50 a 100 furos), e os buracos devem ter em média de quatro a seis milímetros de diâmetro. Na tampa é preciso fazer uma fileira com furos de 1 milímetro (mm) a 1,5 mm, respeitando o espaço de dois centímetros (cm) entre eles. É importante respeitar essas medidas porque são suficientemente largas para

a evasão dos vapores e pequenas o bastante para que as minhocas não fujam. Assim cria-se uma passagem para que as minhocas possam migrar e o líquido gerado (biofertilizante) possa ser drenado até a última caixa coletora. Na caixa coletora, o ideal é fazer um furo para a instalação de uma torneira para extração do chorume. Também é útil colocar um pedaço de tijolo que sirva de escada caso as minhocas desçam até essa caixa de baixo, para que não se afoguem no chorume. O ideal é adicionar as minhocas e aguardar aproximadamente uma ou duas semanas antes de iniciar a colocação dos restos de alimentos - isso para que as minhocas se acostumem com o meio.



Fonte: ECycle, 2018.

As dimensões da composteira variam de acordo com a capacidade de produção dos resíduos, sendo ideal para a propriedade uma composteira de 60 litros, com dimensões de 20 cm de largura x 39 cm Comprimento x 62 cm altura, e capacidade de coleta diária de 1,4 kg de resíduo alimentar. Caso seja necessário, podem ser adicionadas mais composteiras de acordo com a necessidade.

O orçamento de composteira apresentado na figura 19 representa o kit completo disponível no website Ecoisas, contendo: três caixas plásticas de 60 litros, tampa, torneira, um saco com substrato vegetal, húmus e 300 minhocas californianas, um saco de serragem grossa de madeira reflorestada e um pequeno

guia de compostagem (do que pode e não pode compostar) e adesivos indicativos, custa em média R\$ 347,83.

FIGURA 19 – ORÇAMENTO DE COMPOSTEIRA



COMPOSTEIRA DOMÉSTICA MINHOCÁRIO KIT GG 60 LITROS

Completa e pronta para o uso.

Contém: 03 caixas plásticas + 01 tampa + 01 forneira + 01 saco com substrato vegetal, húmus e 300 minhocas californianas + 01 saco de serragem grossa de madeira reflorestada + 01 guia rápido de compostagem + adesivos do que pode e não pode compostar.

Agora! Na compra da composteiras GG marrom ou GG preta **Ganhe** + 01 saco de serragem.

De: R\$370,00

R\$347,83

Composteira GG R\$ 320,00
Boleto ou depósito desconto de 8%
No cartão 4x sem juros.

SELECIONE UMA COR:

🔍 Passe o mouse na imagem para ampliar.

Fonte: Website ECoisas, 2018.

Dessa forma, o prazo para conclusão do procedimento dura cerca de uma semana, caso a composteira seja comprada pronta e sua efetividade dependerá de manutenção e participação contínua na separação dos resíduos materiais, inserção na composteira e colheita do húmus (material orgânico fértil). Vale destacar que tanto o prazo de implementação, quanto o custo do sistema de compostagem podem variar de acordo com a pesquisa e escolha dos materiais, bem como confecção própria das caixas pelos proprietários.

Junto à fossa biodigestora, propõe-se prazo de efetivação da composteira a partir do terceiro mês, visto que é necessário cotação com diversas empresas e visitas técnicas para mensurar detalhes da obra (o qual deverá ser realizada no início do projeto).

🌱 COPOS REUTILIZÁVEIS

Outra estratégia proposta é a adoção de copos reutilizáveis na lanchonete e bar, que podem ser adquiridos com a empresa Meu Copo Eco (MCE). Além da

venda, a empresa oferece o serviço de empréstimo dos produtos, no sistema de pagamento antecipado como garantia (caução) e devolução após o uso, apresentando-se como alternativa para implementação gradativa do sistema.

A propriedade faria o empréstimo de uma quantia determinada de copos, sendo o custo unitário do produto de R\$ 3,50 (vide figura 20) para compra/caução e caso haja devolução é cobrado R\$ 0,10 por produto para higienização. Na lanchonete e bar os copos seriam disponibilizados para os visitantes por um custo de R\$ 5,00, sendo escolha individual do visitante devolver o copo ou levar embora como souvenir. O produto poderia ainda ser personalizado com a marca Sítio Seu Zézinho, e posicionar-se mais ainda como um diferencial do espaço. O produto personalizado possui mesmo valor de compra, porém não pode ser devolvido, e, como vantagem, é um produto não-perecível que pode ser facilmente estocado para venda gradativa e tornar-se um produto da propriedade.

FIGURA 20 - ORÇAMENTO MCE



Copo MCE 400ml

Peso líquido: 46 g
 Altura: 140 mm
 Boca do copo: 75 mm
 Fundo do copo: 54 mm
 * Cores variadas (não há opção de escolha)

Quantidade:

100

Valor:

R\$ 350,00

Serão cobrados do cliente:
 R\$ 3,50 por cada produto não devolvido (venda).
 R\$ 0,10 por cada produto devolvido (higienização).

* **Valor consignado** (o cliente deixa uma caução no valor total do empréstimo consignado)
 * Frete não incluso
 * Impostos do ICMS de substituição tributária para o estados de RS e RJ não estão inclusos

CONTINUAR PEDIDO

Fonte: Meu Copo Eco, 2018.

A utilização dos copos reutilizáveis é uma estratégia que visa evitar a produção excessiva e desnecessária de lixo, de acordo com a importância da adoção de estratégias ambientalmente conscientes e responsáveis. A

personalização exclusiva traria, sobretudo, importante vantagem sobre a aceitação do produto por parte dos visitantes, sendo relevante incentivar através dos discursos, placas informativas, e, principalmente, através do exemplo da mudança na escolha e aceitação.



GUARDANAPOS DE PANO

A oferta de guardanapos de pano possui a mesma vertente da adoção dos copos reutilizáveis, visto que utiliza-se de produtos com maior tempo de vida útil possibilitando menor produção de lixo e impacto ambiental. Os guardanapos de papel são descartáveis, ou seja, geram muito lixo. Além disso, para a produção é necessário celulose (o que significa derrubar árvores), água, energia elétrica, e outras matérias primas; os guardanapos de pano seriam uma alternativa por poderem ser utilizados diversas vezes. A adoção desta estratégia possui vantagens não apenas sobre o ambiente quanto também sobre a sociedade, visto que integraria uma parcela de indivíduos que atualmente está à margem das interações sociais.

A ideia seria produzir os guardanapos em parceria com asilos e outras instituições semelhantes, ocasionando uma troca de serviços e produtos, além da promoção da integração cidadã de grupos da sociedade. Após visitas em asilos é perceptível o sentimento de exclusão e não pertencimento da vida cotidiana por estes indivíduos, que ainda possuem bastante vontade de participar. Dessa forma, é sugerido incorporar estas instituições no projeto através de oficinas para difundir a abordagem sustentável, ocorrendo também a produção dos guardanapos para uso tanto nos locais como na propriedade.

O intuito é possibilitar uma ação de benefícios múltiplos. Para os idosos, que irão produzir os guardanapos, através da ocupação do tempo, troca de conhecimentos e doações que seriam realizadas (de produtos de higiene, limpeza e alimentos); da propriedade que estaria intermediando este processo e incentivando a promoção da cidadania e responsabilidade ambiental e social; como também para os visitantes/compradores que estariam adotando uma postura mais responsável.

Para a efetivação do projeto seriam oferecidos tecidos de retalhos e linhas para a confecção dos guardanapos, e em troca haveriam palestras e oficinas nas instituições escolhidas para difundir a ideia da responsabilidade ecológica e

sustentável dos nossos hábitos, promovendo palestras e rodas de conversa; desenvolvidas pelos proprietários e o turismólogo. Em contrapartida, além da matéria prima básica para a confecção dos produtos, seria oferecido às instituições participantes doações de produtos de higiene, alimentos, produtos de limpeza, entre outras necessidades.

Os guardanapos teriam custo de produção bem baixos, pois se utilizariam de retalhos de produção que já foram confeccionados e não teriam destinação a mais, dessa forma não sendo necessária nova produção. Além dos retalhos de panos, que seriam adquiridos de empresas têxteis e costureiras da região, seriam necessários linhas e agulha para costura. Os produtos teriam um custo unitário médio de produção estimado em R\$ 1,20¹; e poderiam ser vendidos por R\$ 3,00 a unidade para os visitantes. Além disso, em decorrência do posicionamento da propriedade - que após inclusão das outras estratégias, já estaria se alinhando e identificando com a sustentabilidade, haveria sensibilização dos visitantes quanto a importância de não adotar guardanapos descartáveis de papel e sim de panos para reutilização, mediante a justificativa de redução na produção de lixo.

Para implementação do projeto seria necessário inicialmente o intermédio e contato com as instituições escolhidas para realizar a confecção dos guardanapos, e apresentação da proposta (asilos, escolas, ONGs), bem como com as empresas produtoras de tecido, visando angariar doação de matéria prima fundamental, ou desconto na compra do produto - sugere-se aqui prazo de um mês para este primeiro contato. Após essa primeira etapa, seria fundamental difundir os ideais da propriedade e da sustentabilidade para que os participantes se simpatizem com a ideia e compreendam sobre o papel fundamental na confecção dos produtos. Prevê-se prazo de um a dois meses para efetivação destas etapas. Na sequência seriam iniciadas a produção dos guardanapos, com prazo médio para a confecção de dois a três meses. Ou seja, em média, após 5 meses de início do projeto e alavancagem desta estratégia, os primeiros guardanapos de pano seriam utilizados no Sítio Seu Zézinho.

Após desenvolvimento da estratégia e verificação de sua operação, poderiam ser previstos retornos financeiros, além das doações arrecadadas, para as

¹ Valor estimado com base em dados primários através de pesquisa com costureira de bairro sobre os valores dos retalhos.

instituições parceiras, proporcionando além de troca de conhecimentos e integração cidadã, uma alternativa de renda extra aos participantes.

ENERGIA SOLAR

Para a efetivação da estratégia, seria necessário primeiramente a análise e cotação do serviço com empresas especializadas, visto que a tecnologia necessita de profissionais especializados para a efetividade do processo. Estima-se prazo máximo de um mês para estudo de viabilidade do projeto. E junto à outras estratégias propõe-se prazo de efetivação a partir do oitavo mês, em decorrência do processo de cotação com empresas, visitas técnicas para mensurar detalhes da obra (o qual deverá ser realizada no início do projeto) e planejamento financeiro devido ao custo do procedimento.

A propriedade possui um gasto médio de 400 kWh, de acordo com a conta de luz apresentada pelos proprietários. Dessa forma, será representado abaixo na figura 21, de acordo com o simulador solar disponível no site Portal Solar, o custo médio para implementação do projeto do Sítio Seu Zézinho:

FIGURA 21 – SIMULADOR DE VALORES PARA IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Seu Gerador de Energia Solar

PREÇO

Preço médio praticado pelo mercado (Saiba Mais)

R\$24.737,90

ESPECIFICAÇÕES

potência instalada

4,25 kWp

área mínima necessária

34 m²

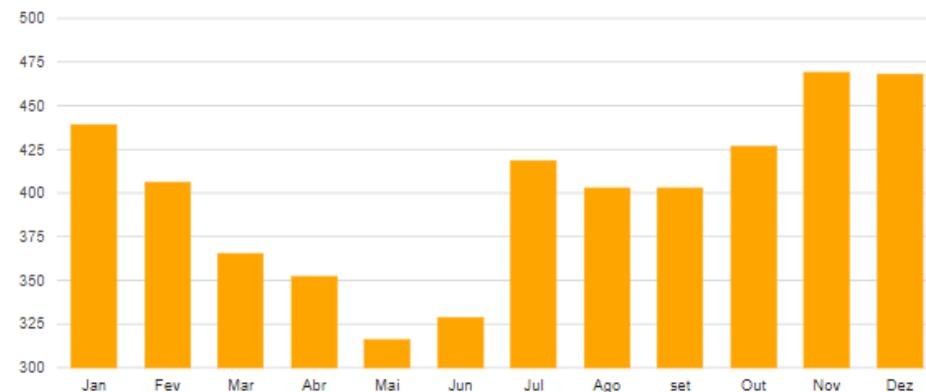
Peso Médio

16 kg/m²

quantidade de painéis

13 de 330 watts

Produção Anual de energia: 4800 kWp/ano



Fonte: Portal Solar - <https://www.portalsolar.com.br/calculo-solar>

O site reforça que os valores citados podem variar, para mais ou menos, de acordo com a complexidade da instalação, que envolve por exemplo: altura do telhado, distância, rede local, incidência solar, entre outros. O cálculo de produção de energia baseia-se na radiação solar da região selecionada (Piraquara/PR) e diversos fatores influenciam na produção de energia do sistema, como inclinação dos painéis fotovoltaicos, sombras ou outro tipo de interferência. Para tanto, se faz essencial a visita técnica de uma empresa especializada para saber exatamente qual o gerador de energia solar é necessário e ideal para a propriedade.

Destaca-se que o sistema tradicional de distribuidoras de energia não oferece nenhum retorno financeiro para o usuário final. Atualmente, os sistemas de captação solar têm uma durabilidade de cerca de 25 anos, o que os torna mais baratos sob qualquer comparação. Ou seja, a energia solar é mais barata que a energia que é utilizada da distribuidora, se comparada a longo prazo, e possui vantagens principalmente no que tange aos aspectos de energia renovável e limpa.

Existem ainda sistemas de financiamento específico de incentivo para energia solar, em até 60 parcelas de R\$ 712,93 mensais, ou seja, com prazo de

pagamento em 5 anos. A efetiva instalação do procedimento dependeria dos recursos financeiros e capacidade de comprometimento mensal da propriedade e não necessitariam de manutenção constante.

PLACAS ARTESANAIS

As placas artesanais serviriam para incentivar o uso da horta orgânica em desenvolvimento na propriedade, bem como difundir os ideais da sustentabilidade sobre a diminuição da produção de lixo, consumo consciente, uso dos copos e guardanapos reutilizáveis, arrecadação de doações (alimentos, produtos de limpeza e higiene - para manutenção do projeto de confecção dos guardanapos).

O material utilizado para confecção seriam madeiras de reaproveitamento (como da cerca da horta, obras, vizinhos, entre outros), tinta e pincel.

Inicialmente, os proprietários poderiam ser responsáveis pela confecção das plaquinhas, entretanto, conforme mencionado no decorrer do projeto, é pertinente promover a integração dos grupos sociais envolvidos no processo, induzindo a uma discussão sobre o tema bem como divulgação das práticas sustentáveis.

Em parceria com escolas de municípios vizinhos, seriam desenvolvidas palestras para sensibilização dos participantes e multiplicação dos conhecimentos - semelhante à operacionalização da confecção dos guardanapos, e seriam desenvolvidas oficinas de confecção das placas indicativas na propriedade. Primeiramente seriam realizadas palestras e apresentações teóricas aos atores envolvidos, objetivando destacar a importância do projeto, e na sequência seriam realizadas as oficinas.

Os materiais para confecção das placas indicativas serão pedaços de madeira reutilizados ou sobras de construções, para que não seja necessário novo desmatamento, além disso seriam necessários os materiais de tinta e pincel para pintura. Estima-se custo médio de R\$ 350 para compra de materiais a serem utilizados em quatro oficinas que ocorreriam quinzenalmente, com prazo de conclusão de dois meses - realizadas pelos proprietários e profissional de turismo.

GASTRONOMIA NATURAL

Para desenvolver possibilidade de alimentação saudável aos proprietários e visitantes do empreendimento, sugere-se a adoção de alimentos mais naturais e saudáveis no cardápio, que atualmente possui opções de pasteis, porções dentre outros nesta linha. A abordagem seria promovida inicialmente com a horta orgânica, visto que as pessoas podem fazer a colheita e consumo dos itens, porém oferecer também na lanchonete apresentaria grande vantagem.

Importante ressaltar a relevância de oferecer produtos vegetarianos e veganos, não apenas em decorrência do aumento do número de indivíduos que adotam este comportamento, mas prioritariamente em respeito ao ambiente e aos animais em consequência da pecuária ser responsável pelos grandes índices de desmatamento, utilização de recursos espaciais e hídricos.

Como opções de alimentos a serem inseridos no cardápio, sugerem-se: torta salgada de legumes colhidos na horta (cenoura, brócolis, tomate, espinafre, abobrinha, outros – o sabor irá variar conforme o período da colheita); como alternativa utilizar também as Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs) que atualmente vem ganhando destaque. Fazem parte das PANCs, as plantas que não são consumidas como forma de alimento por falta de costume ou conhecimento. Contribuem também para a falta de conhecimento, o fato de elas não serem facilmente encontradas em mercados e geralmente são consideradas "mato", "ervas daninhas" ou "invasoras" por crescerem espontaneamente junto com plantas cultivadas. Jogando-as fora, estamos perdendo a oportunidade de consumir alimentos com um alto valor nutricional por falta de informação. Receitas e opções podem ser facilmente encontradas em sites de pesquisa.

Para esta estratégia não serão acrescentados valores, pois o empreendimento já possui gasto fixo destinado à compra de mantimentos para a lanchonete, sendo necessária apenas a reformulação no cardápio para apresentar opções saudáveis (tortas e salgados assados, sanduíches naturais, vitaminas de frutas, tortas doces, entre outros) e incluir opções vegetarianas ao público. Por ser necessária apenas uma reestruturação no que atualmente é oferecido, não será acrescido nenhum valor. Entretanto, ressalta-se a relevância de, em um segundo momento, aprimorar os conhecimentos gastronômicos através de cursos de culinária

natural/saudável, por isso, foi destinado na tabela de cronograma um período para este aperfeiçoamento.

CRIAR PÁGINA ONLINE E MARCA

O intuito dessa estratégia é apropriar-se das tecnologias existentes e consolidadas para alavancar a divulgação do empreendimento e dos serviços oferecidos no local como a pousada, a lanchonete, bar, estacionamento e também os eventos promovidos periodicamente. A página serviria não apenas como divulgação dos serviços oferecidos, mas também da abordagem sustentável da propriedade, contendo explicação sobre a temática e sobre as alternativas desenvolvidas no local como a adoção dos copos, dos guardanapos, colheita da horta (e se haverá custo ou não) entre outros. Dessa forma, o visitante ao chegar ao local já teria prévio conhecimento sobre o que é oferecido no espaço e como funciona a propriedade.

Sugere-se então a criação de perfis em páginas *online* em *websites* que já tem destaque quanto a efetivação de público, como o *facebook.com* e um perfil no *Instagram*, página de fotos, e ainda como vantagem não possuem custo de implementação. Seria necessário apenas monitoramento e manutenção diárias dos proprietários, para manter a página atualizada e o contato com os possíveis visitantes.

Uma possibilidade interessante para o gerenciamento da propriedade seria criar uma marca que se posiciona-se de forma atrativa no mercado, como um nome mais específico pois atualmente o espaço é conhecido como propriedade do Zézinho, devido ao histórico do local do Sr. José Dirso, patriarca da família. Sugere-se a alteração parcial do nome, para Sítio Seu Zézinho, mantendo então a referência ao patriarca e fundador do espaço, porém introduzindo-se melhor ao mercado, o qual poderia ser realizado através da página no *website facebook.com*.

A página serviria também como impulsionadora de público sobre o segmento de observação de fenômenos meteorológicos, visto que o público poderia interagir sobre o tema e agendar uma data específica para as observações. Sob este aspecto, o local serviria apenas como ponto de encontro e apoio para os visitantes, sem ter responsabilidade de equipamentos e operações necessárias, pois possuem um custo muito elevado inviabilizando a compra neste primeiro momento.

Após efetivação desta estratégia, propõe-se vincular um tópico de carona solidária na página para facilitar o acesso ao local, que atualmente dá-se exclusivamente através de carro.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Através da implementação das estratégias e ações discutidas ao longo do presente trabalho, a propriedade poderia servir como exemplo de educação ambiental em projetos pedagógicos, ao demonstrar as alternativas utilizadas na propriedade como a compostagem dos resíduos, a horta orgânica para consumo da comunidade, reciclagem, projetos integrados como a confecção dos guardanapos, entre outros. Seria destinado o espaço da propriedade para realização as atividades, através de aluguel do espaço ou venda de ingressos.

A propriedade poderia servir também como local de apoio para palestras e cursos sobre temáticas de desenvolvimento sustentável como exemplo: permacultura, bioconstrução, produção orgânica, PANCs, entre outros.

Abaixo desenhou-se um quadro demonstrativo que apresenta o desenvolvimento gradual das estratégias e período de tempo em que será realizada cada estratégia até sua efetivação.

O item orçamentos das prestadoras e escolha das prestadoras diz respeito às empresas responsáveis pela realização da instalação da energia solar, da fossa biodigestora e composteira, da empresa Meu Copo Eco responsável pelo fornecimentos dos copos reutilizáveis, das empresas têxteis para arrecadação dos retalhos, e também das instituições parceiras para a fabricação dos guardanapos. Os tópicos a respeito de cursos e palestras são destinados a eventos que ocorrerão no local, bem como o último item de cursos refere-se aos cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento a serem realizados pelos proprietários a fim de aprimoramento do serviço oferecido, como no caso da gastronomia natural.

QUADRO 5 – CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

	INICIO	DURAÇÃO em dias	FIM
Orçamentos Prestadoras	01/jan/19	30	31/jan/19
Horta	10/jan/19	31	10/fev/19

Escolha das Prestadoras	01/fev/19	27	28/fev/19
Gastronomia Natural	15/fev/19	28	15/mar/19
Composteira	01/mar/19	14	15/mar/19
Copos	01/abr/19	9	10/abr/19
Página Online/Marca	20/abr/19	10	30/abr/19
Fossa Biodigestora	01/mai/19	8	09/mai/19
Placas Artesanais	10/mai/19	66	15/jul/19
Confecção Guardanapos	01/jun/19	92	01/set/19
Energia Solar	01/out/19	14	15/out/19
Educação Ambiental	01/nov/19	201	20/mar/20
Cursos, Palestras, Oficinas (realizados no local)	01/fev/20	29	01/mar/20
Cursos Profissionalizantes (proprietários)	01/abr/20	30	01/mai/20

Organização: A Autora (2018)

5.3 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

As alternativas aqui propostas visam estreitar a relação homem-ambiente através da promoção do respeito entre as partes envolvidas. Dessa forma, não é possível fazer uma mensuração estatística em números dos benefícios adquiridos com a implementação das estratégias, visto que objetivo não é produzir ganho financeiro, e sim socioambiental.

Com relação as estratégias e seus custos, em complemento ao cronograma apresentado no Quadro 5, segue abaixo o Quadro 6 que apresenta estimativa de valores de custo das estratégias propostas com base em pesquisa com empresas fornecedoras e média de custos.

QUADRO 6 – QUADRO DE VALORES

	CUSTO	EXECUTOR
Orçamentos Prestadoras	-	Proprietários
Horta	R\$ 500,00	Proprietários
Escolha das Prestadoras	-	Proprietários
Gastronomia Natural	-	Proprietários
Composteira	R\$ 347,83	Proprietários e Empresa Contratada
Copos	R\$ 350,00	Proprietários e Empresa Contratada
Página Online/Marca	-	Proprietários
Fossa Biodigestora	R\$ 15.000,00	Proprietários e Empresa Contratada

Placas Artesanais	R\$ 350,00	Proprietários e Instituições Parceiras
Confecção Guardanapos	R\$ 300,00	Proprietários e Instituições Parceiras
Energia Solar	R\$ 24.737,90	Proprietários e Empresa Contratada
Educação Ambiental	-	Proprietários e Instituições Parceiras
Cursos, Palestras, Oficinas	R\$ 500,00	Proprietários e Instituições Parceiras
Bacharel em Turismo	R\$ 5.000,00	Turismólogo
Cursos Profissionalizantes	R\$ 500,00	Proprietários
Total	R\$ 48.305,73	

Organização: A Autora (2018)

Alguns valores informados acima serão revertidos ao empreendimento através da venda dos copos reutilizáveis e guardanapos de pano, por exemplo, sendo realizada nova estocagem dos produtos sempre que necessário. Além disso, os custos com os materiais que serão arrecadados para doação às instituições participantes nas oficinas de produção dos guardanapos de pano, poderão ser divulgados e arrecadados em parceria com a comunidade e visitantes do empreendimento; ação que será divulgada através do marketing horizontal (boca a boca) e da página no *facebook*.

A respeito dos cursos, palestras e oficinais, o retorno financeiro poderá ser captado através da locação do espaço para grupos interessados, venda dos ingressos para participação nos eventos, ou alimentação no período de realização das atividades e cursos, entre outros.

As estratégias de orçamento de fornecedores, criação da página e educação ambiental não necessitam de recursos financeiros para sua implementação. Além disso, não serão acrescentados valores à estratégia de gastronomia natural pois o empreendimento já possui gasto fixo destinado à compra de mantimentos para a lanchonete, sendo necessária apenas a reformulação no cardápio para apresentar opções saudáveis (tortas e salgados assadas, sanduíches naturais, vitaminas de frutas, tortas doces, entre outros) e oferecer opções vegetarianas ao público. Por ser necessária apenas uma reestruturação no que atualmente é oferecido, não será acrescido nenhum valor.

O retorno da proposta se verificará na medida em que a atividade turística no empreendimento se desenvolva de maneira justa e equilibrada, beneficiando todos os indivíduos envolvidos, ao proporcionar uma alimentação saudável (horta e lanchonete), a redução de resíduos (reciclagem, compostagem e fossa biodigestora), as trocas de conhecimentos (cursos, palestras e oficinas), os mutirões de limpeza no Morro, promovendo interação entre os atores e permanência dos recursos para as futuras gerações, atendendo aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de sustentabilidade aliado ao desenvolvimento e ao turismo, conforme apresentado no marco teórico, está em constante discussão e atualização, em decorrência da importância de adotar novos sistemas de inter-relacionamento humano. O turismo sustentável reconhece a necessidade de proteção e valorização de determinados aspectos que atualmente são deixados de lado pelo turismo convencional, apresentando-se como alternativa para manutenção da atividade visto

que valoriza a cultura das comunidades receptoras; promove a inclusão através da economia solidária e planejamento participativo, visa a multiplicação igualitária dos benefícios advindos da atividade e prevê o equilíbrio entre as necessidades e a utilização dos recursos, garantindo um menor desgaste ambiental. Com os exemplos de empreendimentos apresentados, foi possível perceber as iniciativas desenvolvidas no mercado do turismo sustentável nacional e absorver algumas ideias para o projeto. Dessa forma, foram apresentadas e sugeridas estratégias que potencializam e ressignificam os usos do espaço através da valorização do meio ambiente e da interação social, promovendo também a manutenção econômica do empreendimento.

Com isso, o levantamento bibliográfico do presente trabalho proporcionou a aproximação com o tema, e os exemplos apresentados visam promover o desenvolvimento integrado da atividade na propriedade do Zézinho, proporcionando melhor qualidade de vida através do desenvolvimento sinérgico e iniciativas tidas como não convencionais porém capazes de influenciar mudanças de hábitos necessárias como a redução da produção de lixo, alimentação saudável, integração com diferentes grupos sociais, entre outros.

Acredita-se que o projeto apresentado trará benefícios aos proprietários, visitantes e demais atores envolvidos, ao proporcionar não apenas interação social entre diferentes grupos, como promover a multiplicação de conhecimentos e respeito ao meio ambiente. As estratégias propostas apresentam-se como alternativas a serem incluídas ao cotidiano do empreendimento Seu Zézinho, e poderão, inclusive, servir de exemplo para outros locais que tem como objetivo a sustentabilidade – sejam estes empreendimentos turísticos ou não.

Objetivou-se ressaltar a importância de promover o desenvolvimento de forma sistêmica, evidenciando três fatores fundamentais para o desenvolvimento ético e responsável da atividade turística: planejamento contínuo e de longo prazo, políticas e estratégias integradas e com participação das comunidades onde serão implementadas, e, principalmente, alteração estrutural nas formas de pensar as formas de consumo e produção com foco nas reais necessidades visando o equilíbrio ambiental, econômico e social.

O desenvolvimento sustentável não é objetivo que possa se atingir a curto prazo, constituindo-se num processo de esforço contínuo e integrado de longo prazo para assegurar o ambiente e a qualidade de vida populacional. Para tanto, se faz

relevante a implementação de políticas públicas globais e estratégias individuais que contemplem as necessidades dos diversos setores da sociedade, além de estratégias para a conscientização do turista sobre o destino escolhido e suas atividades no local. Nas estratégias do projeto, podemos evidenciar este aspecto na proposta de educação ambiental e limpeza do Morro que necessita de parceria com outras instituições e esforços individuais para sua efetivação. Vale ressaltar que cabe aos órgãos envolvidos na promoção do turismo - organizações públicas, privadas e o terceiro setor - a responsabilidade pelo produto ou serviço oferecido.

É necessário que se desenvolva em paralelo o que a autora Dalla Zen (2010) defende por ressignificação, trazendo abordagens transdisciplinares que reformulem e reestruturem as maneiras de pensar e agir humanos, promovendo o desenvolvimento integrado, completo e sinérgico. Nas estratégias do projeto, podemos evidenciar este aspecto nas reformulações dos hábitos cotidianos com a adoção dos copos reutilizáveis, guardanapos de pano, destinação correta dos resíduos orgânicos com a compostagem, alimentação saudável, entre outros.

Os proprietários precisam compreender e assumir a ideia da sustentabilidade para conseguir difundir e sensibilizar o visitante a fazer o mesmo. Dessa forma, em consonância com a conceituação de turismo sustentável pelo Ministério do Turismo (2016), satisfazendo as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas dos receptores, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. Evidenciando as experiências inovadoras proporcionadas pelo empreendimento junto aos visitantes ao promover a integração e respeito à natureza, cultura e a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A; SOUZA, M. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: duas experiências brasileiras. **Espacio y Desarrollo**, nº15, 2003. Disponível em: < <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/espaciodydesarrollo/article/view/8122> >. Acesso em: 28/04/2018.

ALMEIDA, J. A; FROEHLICH, J.M; RIEDL, M. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. **Papirus**. Campinas, v. 2, 2003. São Paulo.

ALVES, J. E. D. População e consumo: onde está o problema? **EcoDebate: Cidadania e Meio Ambiente**, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <

<https://www.ecodebate.com.br/2011/12/14/populacao-e-consumo-onde-esta-o-problema-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> >. Acesso em: 25 março 2018.

ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do trabalho científico. **Altas**, 2 ed, 1997. São Paulo.

ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, São Paulo, v. 1, nº1, ago-dez 2007. Disponível em < periodicos.unb.br/index.php/repam/article/download/1481/1109 >. Acesso em: 10/04/2018.

BARROS, Bruna Rosa de. **Permacultura e Desenvolvimento Urbano: Diretrizes e ações para sustentabilidade socioambiental em loteamentos de interesse social**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Setor de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008a.

BARROS, G. O terceiro mundo e a crise da dívida. **Ordem dos Economistas**, São Paulo, v. 3, 2008b. Disponível em: < <http://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/publicacoes/dossier.xvw?o-terceiro-mundo-e-a-crise-da-d%C3%ADvida&p=48876> >. Acesso em: 29/04/2018.

BETTI, P. **Turismo Comunitário na Economia Solidária**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 18 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT5-1395-1296-20120715181520.pdf> >. Acesso em: 03/04/2018.

BENI, Mario C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

_____. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 10, n.1, 1999. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63455> >. Acesso em: 12/03/2018.

_____. Como Certificar o Turismo Sustentável?. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n.2, 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63641> >. Acesso em: 12/03/2018

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Guia Turismo e Sustentabilidade: Orientações para Prestadores de Serviços Turísticos**. Brasília, 2016.

_____. **Desembarques Internacionais. Dados e Fatos**, 2017. Disponível em:< <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/desembarques-internacionais.html> >. Acesso em: 28/04/2018.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, outubro de 1998. Disponível em: < <https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/view/135> >. Acesso em: 29/04/2018.

CAVALCANTE, José E. A.; LACERDA, Roberta C. L. G. de; SILVA, Jersone T. M. A. Permacultura como Estratégia de Marketing para o desenvolvimento Sustentável do Turismo Rural. **Revista Reuna**, 2005, v.10 n.2, p. 57-71.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**. 1997, p. 224-233.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – Piraquara/PR. Disponível em < <http://www.piraquara.pr.gov.br/facoparte/Conselho-Municipal-de-Meio-Ambiente-218-4689.shtm> >. Acesso em: 27/07/2018

DALLA ZEN, A. M. A Crise de paradigmas e a resignificação do conhecimento para o século XXI. **Revista Em Questão**, v. 10, n 2, p. 49-63, 2010. Disponível em: < <https://doaj.org/article/2a82be3b32b64e5889be0f1354d6c893> >. Acesso em: 19/03/2018.

DURAN, C. A. Gobernanza en los Parques Nacionales Naturales colombianos: reflexiones a partir del caso de la comunidad Orika y su participación en la conservación del Parque Nacional Natural Corales del Rosario y San Bernardo. **Revista de Estudos Sociais**, 2009.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/721/fossa-septica-biodigestora> >. Acesso em: 12/10/2018

ESTÊVEZ, Laura Freire; NUCCI, João Carlos. Análise de relatórios ambientais prévios de Curitiba/PR com base nos princípios do planejamento da paisagem. **Revista Raega: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 34, p.50-68, 2015.

FAUSTINO, A.S. **Estudo Físico-Químicos do efluente produzido por fossa séptica biodigestora e o impacto do seu uso no solo**. Dissertação (Pós-Graduação em Química) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

GALBIATI, A.F. Movimento da Permacultura no Mato Grosso do Sul. **Caderno de Agroecologia**, Mato Grosso do Sul, v. 11, n.2, 2016. Disponível em: < <http://www.cpa.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Trabalhos/Movimento%20da%20Permacultura%20no%20Mato%20Grosso%20do%20Sul%20.pdf> >. Acesso em: 07/04/2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**.5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORENDER, J. Globalização, Tecnologia e Relações de Trabalho. **SciELO: Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, nº29, jan-abril 1997. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100017&script=sci_arttext&tling >. Acesso em: 20/04/2018.

GOOGLE MAPS. Localização do Morro do Canal, município de Piraquara, Paraná, Brasil.

Horta Mandala por Antonio Carlos Fanec Fonseca. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/carlosfaneca/horta-mandala> >. Acesso em: 16 outubro 2018.

IBGE, 2017. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas> >. Acesso em: 29/04/2018.

JACINTHO, C. R. A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural. **Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília**. Brasília, Janeiro 2007. Disponível em: < http://orgprints.org/21831/1/Jacinto_Agroecologia.pdf >. Acesso em: 03/05/2018.

LIMA, F. O terceiro mundo e a globalização. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, v. 1, nº 41, Maio 2000. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/69/o-terceiro-mundo-e-a-globalizacao> >. Acesso em: 15/04/2018.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. Ed. São Paulo: ATLAS, 1996.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. Ed. São Paulo: ATLAS, 2007.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5. ed, 2003.

ABNT; SEBRAE. **Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade / Associação Brasileira de Normas Técnicas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. – Rio de Janeiro: ABNT; SEBRAE, 2012.

MARCON, E. M. G. O Turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuítas de São Miguel das Missões”. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 5, nº3, p. 343-352, 2007.

MEU COPO ECO. Disponível em < <https://www.meucopoeco.com.br/site> >

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Estamos en un Titanic? In: **Ética y Desarrollo, la relación marginada**. Buenos Aires: El Ateneo, 2002.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico: promovendo a atividade**. São Paulo: Atlas, 2007.

NUNES, A. C. Bem vindos? Um relato sobre as cidades turísticas. **Revista Planeta**. São Paulo, n. 535, 09 novembro 2017. Disponível em: < <https://www.revistaplaneta.com.br/bem-vindos/> >. Acesso em: 24 março 2018.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DE BOCAÍNA (OTSS). **Expansão de Saneamento Ecológico na Praia do Sono**, 2016. Disponível em: < <http://otss.org.br/2016/08/08/otss-inicia-a-expansao-do-saneamento-ecologico-na-praia-do-sono/> >. Acesso em: 13/04/2018.

O Lado Negro do Chocolate. Direção: ROMANO, R; MISTRATI, M. Produção: FABER, H. Dinamarca, 2010. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=zESgFuJ_wy8 >. Acesso em: 20/03/2018.

ORÇAMENTO COMPOSTEIRA – Website Ecoisas. Disponível em: < <https://ecoisas.com.br/composteira-domestica-minhocario-kit-gg-60-litros.html> >. Acesso em: 12/10/2018.

PARANÁ. Conselho de Turismo. **Plano de Turismo do Estado do Paraná: 2012-2015**. 2012. Disponível em: < http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoTurismo_Completo.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2017.

PIMENTEL, M. R. Turismo Sustentável desde a organização mundial do turismo e sua relação com o urbano e com as fronteiras do turismo. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SemintUR)**. Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 junho 2008. Disponível em < https://www.ucs.br/ucs/tplVSemintUR%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt14-09.pdf >. Acesso em: 09/04/2018.

POUSADA Uacari. Disponível em: < <http://uakarilodge.com.br/> >. Acesso em: 15/05/2018

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, Feevale, 2. ed, 2013.

RAMOS, S. P. Ensaio Breve sobre um Turismo Sustentável. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, nº 2, p. 69-86, 2005. Disponível em: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/download/222/238> >. Acesso em: 01/05/2018.

Rosenbaum Responde: Horta Mandala. Disponível em: < <https://rosenbaumdesign.wordpress.com/2009/06/03/rosenbaum-responde-horta-mandala/> > Acesso em: 18 outubro 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Jeffrey D. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria nos próximos vinte anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005

SEMENTERIA. Disponível em: < <https://sementeria.com.br/> >. Acesso em: 18 out 2018.

SOUZA, J.A.B. Os Impactos Socioambientais do Turismo nas Comunidades Receptoras: Reações de Adaptação. **Rosa dos Ventos**, v. 4, n.1, 2012.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**, vol.1. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Editora Aleph, 2000a. Título original: Sustainable tourism management.

_____. **Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia**, vol.2. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Editora Aleph, 2000b. Título original: Sustainable tourism management.

_____. **Turismo Sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética**, vol.5. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Editora Aleph, 2000c. Título original: Sustainable tourism management.

SAMPAIO, C.; Henríquez, C.; Mansur, C. **Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável: Da Crítica às Ideias e das Ideias à Prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

TULIK, O. **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural. Turismo e Desenvolvimento no Espaço Rural: abordagens conceituais e tipologias**. Barueri, São Paulo. Manole, 2010.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento Sustentável: Uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, nº 1, jan-jun, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/v7n1/23537.pdf> >. Acesso em: 19/03/2018.

VASCONCELOS, Paula N. Turismo e valorização do patrimônio histórico-cultural na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, nº2, 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/1154/115412528011/> >. Acesso em: 12/04/2018.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 3ª ed.

WANDSCHEER, E. A. R; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, Eurico de Oliveira & SOUZA, Marcelino de. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 60-79.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – WTO. **Indicators for the Sustainable Management of Tourism: Report of the Committee World Tourism Organization**. World Tourism Organization. Madri. 1993.

ANEXO 1 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos (*)

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA DE CAMPO

1. Quais as atividades turísticas desenvolvidas no local?
2. Desde quando e como surgiu o desenvolvimento do turismo na propriedade? Qual o principal público? Principal fonte de renda do empreendimento?*
3. Você recebe alguma ajuda no gerenciamento do seu empreendimento?*
4. Os empreendedores da região conversam entre si ou desenvolvem ações em conjunto?*
5. Como ocorre a:
 - a. Gestão dos resíduos na propriedade (destinação do lixo)
 - b. Produção de alimentos
 - c. Contratação de colaboradores. Há treinamento contínuo?
 - d. Quais as principais fontes energéticas utilizadas na propriedade?
 - e. Os fornecedores (alimentos, produtos de limpeza, outros) são da região?
6. A propriedade se preocupa com a acessibilidade? Já receberam visitas de PNEs?
7. Há algum vínculo com associações ou cooperativas da região?
8. Como ocorre a interação com o visitante?
9. Existem apoio de órgãos públicos para as demandas da região?
10. A comunidade costuma desenvolver atividades em conjunto?
11. Na sua visão, o que é e qual a importância da Sustentabilidade?
12. Que iniciativas você proporia para o desenvolvimento de atividades que promovam a sustentabilidade no local?
13. Na sua visão, quais os principais problemas turísticos da região?
14. Na sua opinião, quais os principais obstáculos para a aplicação de atitudes responsáveis na propriedade?
15. Você vê o turismo como um meio de desenvolvimento justo e responsável?

*Perguntas aplicadas apenas ao proprietário ou gestor da propriedade